

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO, RELATÓRIO DOS AUDITORES  
INDEPENDENTES E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Em 31 de dezembro de 2022**



FUNDAÇÃO  
**renova**

---

***Fundação Renova***  
***Demonstrações financeiras em***  
***31 de dezembro de 2022***  
***e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras***

Aos Conselheiros e Administradores  
Fundação Renova

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Renova ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Renova em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

---

#### **Pedido de intervenção e extinção da Entidade**

Chamamos a atenção para a Notas 1.1 às demonstrações financeiras, que descreve que o Ministério Público de Minas Gerais entrou com ação judicial, ainda em curso, requerendo a intervenção e a extinção da Fundação Renova. Essa situação, entre outras descritas nas Notas 1.1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

---

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Fundação Renova

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

---

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



## Fundação Renova

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:  
Guilherme Campos e Silva  
Assinado por: GUILHERME CAMPOS E SILVA:71411496604  
CPF: 71411496604  
Hora de assinatura: 26 Abril 2023 | 20:45 BRT

ICP  
Brasil  
Guilherme Campos e Silva  
Contador CRC 1SP218254/O-1

## Sumário

<b>Mensagem da Administração .....</b>	<b>2</b>
<b>Governança.....</b>	<b>2</b>
<b>Abrangência dos Programas .....</b>	<b>3</b>
<b>Eixo Pessoas e Comunidades .....</b>	<b>3</b>
<b>Eixo Terra e Água.....</b>	<b>3</b>
<b>Eixo Reconstrução e Infraestrutura .....</b>	<b>4</b>
<b>Frentes de atuação: .....</b>	<b>4</b>
<b>Principais resultados no ano de 2022 .....</b>	<b>4</b>
<b>Pessoas e Comunidades .....</b>	<b>4</b>
<b>Terra e Água .....</b>	<b>6</b>
<b>Reconstrução e Infraestrutura.....</b>	<b>6</b>
<b>Estratégia e alocação de recursos.....</b>	<b>8</b>
<b>Aplicação dos recursos .....</b>	<b>9</b>
<b>Origem dos recursos: dotações das mantenedoras.....</b>	<b>11</b>
<b>Aportes para programas compensatórios .....</b>	<b>12</b>
<b>Destinação da dotação total de 2022.....</b>	<b>13</b>
<b>Posição do caixa .....</b>	<b>15</b>
<b>Despesas de gestão .....</b>	<b>15</b>
<b>Custeio do sistema de governança.....</b>	<b>16</b>
<b>Valor econômico direto gerado e distribuído.....</b>	<b>16</b>
<b>Perspectivas para 2023 .....</b>	<b>18</b>
<b>1. Contexto operacional.....</b>	<b>26</b>

<b>2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis .....</b>	<b>28</b>
<b>3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas ...</b>	<b>36</b>
<b>4. Tributos a recuperar .....</b>	<b>38</b>
<b>5. Adiantamentos - Parcerias e acordos.....</b>	<b>38</b>
<b>6. Outros ativos .....</b>	<b>39</b>
<b>7. Bens destinados a terceiros.....</b>	<b>39</b>
<b>8. Valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce.....</b>	<b>41</b>
<b>9. Imobilizado e intangível .....</b>	<b>42</b>
<b>10.Fornecedores.....</b>	<b>45</b>
<b>11.Salários, provisões e contribuições sociais .....</b>	<b>45</b>
<b>12.Tributos a recolher .....</b>	<b>47</b>
<b>13.Indenizações a pagar e outras.....</b>	<b>48</b>
<b>14.Obrigações socioambientais e socioeconômicas .....</b>	<b>51</b>
<b>15.Provisão para causas judiciais .....</b>	<b>53</b>
<b>16.Patrimônio Líquido .....</b>	<b>55</b>
<b>17.Receitas.....</b>	<b>57</b>
<b>18.Despesas operacionais com programas .....</b>	<b>58</b>
<b>19.Despesas operacionais administrativas .....</b>	<b>60</b>
<b>20.Resultado financeiro.....</b>	<b>61</b>
<b>21.Aportes mantenedoras .....</b>	<b>62</b>
<b>22.Compromissos (commitments).....</b>	<b>62</b>
<b>23.Cobertura de seguros (não auditada) .....</b>	<b>62</b>

## **Mensagem da Administração**

A Fundação Renova (“Renova”) é a organização responsável pela execução da reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), que completou 7 anos em novembro de 2022. Trata-se de uma organização sem fins econômicos, independente, cujo escopo de atuação é formado por 42 programas, executados em 39 municípios dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

A Renova foi instituída e é regulada e limitada pelo Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (“TTAC”), assinado em março de 2016, pela Samarco Mineração S.A., Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda., governos federal, estaduais e municipais, além de diversas outras organizações da administração pública e de interesse da sociedade civil.

A reparação ambiental e social dos danos causados pelo rompimento exige intervenções complexas, inéditas e sem precedentes no mundo, que a Fundação Renova realiza com a colaboração de milhares de pessoas e parcerias com instituições de ensino e pesquisa e entidades de atuação socioambiental no Brasil e no mundo - hoje são mais de 25 universidades e 40 organizações não-governamentais e instituições parceiras.

## **Governança**

Devido ao seu papel na execução dos programas de reparação e compensação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, a Fundação Renova tende a assumir uma grande parte do escrutínio público.

Apesar de reconhecer a legitimidade das críticas e reivindicações dos diversos atores envolvidos na reparação e buscar desde o princípio um diálogo aberto e construtivo, a Fundação Renova tem convicção de que sua atuação nas mais diversas frentes permanece imprescindível e isso a permitiu ter a flexibilidade e a autocritica necessárias para endereçar os desafios, sem se distanciar do seu propósito.

Ao longo de todo o tempo, a organização vem atuando de modo justo e equilibrado, produzindo e acumulando conhecimento sobre os problemas e as soluções para a reparação. Nossa atuação no território trouxe uma maior conscientização sobre as adversidades e oportunidades no nível municipal, ao mesmo tempo que constatou que a degradação ambiental afeta mais duramente os grupos sociais mais vulneráveis.

Neste sentido, a Renova pode desempenhar um papel mais relevante na formulação das políticas dos programas e na tomada de decisão de como melhor desempenhá-los. Dimensões cognitivas, valores e percepções sobre o problema a ser enfrentado podem variar enormemente entre os setores e atores envolvidos, implicando processos de negociação e de decisão custosos e demorados – o que torna mais complexa a elaboração e a implementação das ações. Ainda assim, é possível perceber avanço em diversas áreas, sobretudo naquelas em que as políticas estão bem estabelecidas.

A experiência da Fundação Renova lhe permite ter uma visão de longo prazo sobre determinadas políticas públicas e um vasto entendimento de políticas de outros setores – e desta forma, desenvolver uma perspectiva abrangente sobre os problemas enfrentados

pelos governos locais e os danos diretamente causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

## **Abrangência dos Programas**

Os 42 programas executados pela Renova estão divididos em três eixos temáticos (Pessoas e Comunidades, Terra e Água, Reconstrução e Infraestrutura), que agrupam os principais focos de cada frente no processo de recuperação dos impactos causados pelo rompimento da barragem de Fundão.

### **Eixo Pessoas e Comunidades**

#### Frentes de atuação:

- Identificação e indenização
- Educação e cultura
- Saúde e bem-estar
- Comunidades tradicionais e indígenas
- Fomento à economia
- Engajamento e diálogo

**Programas relacionados:** Levantamento e Cadastro dos Impactados; Ressarcimento e Indenização dos Impactados; Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida dos Povos Indígenas; Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de Outros Povos e Comunidades Tradicionais; Proteção Social; Comunicação, Participação, Diálogo e Controle Social; Recuperação de Escolas e Reintegração da Comunidade Escolar; Memória Histórica, Cultural e Artística; Turismo, Cultura, Esporte e Lazer; Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada; Promoção à Inovação; Retomada das Atividades Aquícolas e Pesqueiras; Desenvolvimento e Diversificação Econômica; Recuperação de Micro e Pequenos Negócios; Estímulo à Contratação Local; Auxílio Financeiro Emergencial; Educação Ambiental; Informação para a População; Comunicação Nacional e Internacional; Ressarcimento de Gastos Públicos Extraordinários.

### **Eixo Terra e Água**

#### Frentes de atuação:

- Uso do solo
- Gestão hídrica
- Manejo de rejeito
- Biodiversidade
- Assistência aos animais

**Programas relacionados:** Assistência aos Animais; Recuperação do Reservatório da UHE Risoleta Neves; Retomada das Atividades Agropecuárias; Recuperação da Área Ambiental 1; Fomento ao Cadastro Ambiental Rural ("CAR") e Programa de Regularização Ambiental ("PRA"); Manejo de Rejeitos; Recuperação de Áreas de Preservação Permanente; Recuperação de Nascentes; Conservação da Biodiversidade; Recuperação da Fauna

Silvestre; Fauna e Flora Terrestre; Preparação para Emergências Ambientais; Monitoramento da Bacia do Rio Doce; Unidades de Conservação.

## **Eixo Reconstrução e Infraestrutura**

### Frentes de atuação:

- Reassentamento
- Contenção de rejeito
- Tratamento de água e efluentes
- Infraestrutura urbana e acessos

**Programas relacionados:** Reconstrução de Vilas; Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas; Implantação de Sistemas de Contenção dos Rejeitos e de Tratamento *In Situ* dos Rios Impactados; Coleta e Tratamento de Esgoto e Destinação de Resíduos Sólidos; Melhoria dos Sistemas de Abastecimento de Água; Gestão de Riscos Ambientais.

## **Principais resultados no ano de 2022**

### **Pessoas e Comunidades**

- **Indenizações e auxílios financeiros** - Até dezembro de 2022, a Renova pagou mais de R\$ 13,57 bilhões em indenizações, compreendendo danos referentes a água (R\$ 305,2 milhões) e gerais (R\$ 10,98 bilhões), além de auxílios financeiros (R\$ 2,28 bilhões) para cerca de 409,4 mil beneficiados em Minas Gerais e no Espírito Santo. As indenizações pagas alcançaram R\$ 4,80 bilhões somente em 2022.

O avanço se deve à implementação do Sistema Indenizatório Simplificado a partir de decisão judicial, quando as indenizações ganharam novo impulso, com o pagamento de categorias muitas vezes informais. O maior desembolso feito pelo Sistema foi realizado em junho de 2022, com o pagamento de quase R\$ 1,0 bilhão aos atingidos. Desde que foi implementado, foram pagos R\$ 9,08 bilhões para mais de 74,9 mil pessoas pelo Sistema.

Adicionalmente, em atenção particular aos povos indígenas, durante o ano de 2022, houve o pagamento do auxílio financeiro para 1.349 famílias na Terra Indígena Tupiniquim - Guaraní (R\$ 42,1 milhões), 293 famílias na Terra Indígena de Comboios (R\$ 16,2 milhões) e 137 famílias na Terra Indígena de Resplendor (R\$ 17,9 milhões). Os valores que somam R\$ 76,2 milhões foram pagos integralmente durante o ano de 2021 de acordo com os compromissos assumidos pela Fundação Renova para este público. Ao todo, até dezembro de 2022, foram repassados R\$ 353,1 milhões de auxílio financeiro para os povos indígenas.

Com relação aos povos tradicionais, os pagamentos de auxílio financeiro para os atingidos das Comunidades Quilombola de Degredo, Santa Cruz do Escalvado e Rio Doce passaram a ser realizados juntamente com as indenizações do público em geral, a partir de janeiro de 2022. Antes desta mudança, foram repassados R\$ 45,8 milhões em auxílios financeiros no programa que trata deste público em particular.

- **Fundos de financiamento** - Hoje, no país 72% dos empregos formais são gerados por micro, pequenas e médias empresas ("MPMEs"), que também são responsáveis por 33% do Produto Interno Bruto ("PIB") nacional. Para o pequeno negócio, o crédito é um ponto crucial, seja no início de sua existência, quando podem necessitar de ajuda para impulsionar as suas operações, seja para financiar necessidades corriqueiras do empreendimento – o fortalecimento dos pequenos negócios é fundamental para a retomada econômica dos municípios, e uma das maneiras de incentivo à formalização bem como à manutenção desses negócios pode ocorrer via programas de crédito ou microcrédito locais.

Desta forma, logo após o período da pandemia, a Renova flexibilizou ainda mais os juros e prazos dos seus produtos de crédito oferecidos em parceria com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais ("BDMG") e Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo ("Bandes").

Desde sua criação, em outubro de 2017, o Fundo Desenvolve Rio Doce, de incentivo à economia local, emprestou R\$ 101,5 milhões para financiamentos de capital de giro para micro, pequenas e médias empresas, sendo R\$ 40,7 milhões apenas em 2022, um aumento de 359% em comparação ao registrado no ano anterior, quando foram liberados R\$ 8,9 milhões.

Em paralelo, o Fundo Compete Rio Doce, com operações a partir de fevereiro de 2019 e que viabiliza o atendimento a empresas não elegíveis ao Desenvolve Rio Doce, disponibilizou R\$ 7,2 milhões em todo o seu período de operação.

No total, ambos os fundos registraram 2.684 operações de crédito, no valor total de R\$ 108,7 milhões. Os produtos disponíveis oferecem taxas de juros competitivas, abaixo da média de mercado e prazos estendidos. As linhas de crédito podem ser destinadas para capital de giro e outras modalidades, inclusive investimento. Os desembolsos realizados pelo Fundo Desenvolve Rio Doce contribuíram para a manutenção de mais de 11,2 mil empregos em Minas Gerais e no Espírito Santo.

Em 2022, a Renova também iniciou a implantação de bancos comunitários em cinco localidades nos municípios de Linhares (ES), Dionísio (MG), Itueta (MG) e Belo Oriente (MG). Os bancos são geridos pela própria comunidade, de forma democrática e participativa, incluindo a definição da política de crédito, que estabelece as linhas, condições e prazos para acesso ao fundo, na modalidade de microcrédito solidário.

- **Qualificação profissional** - A oferta dos cursos de qualificação profissional presenciais foi interrompida durante a pandemia de Covid-19 no início de 2020 e retomada em 2022. Durante o ano de 2021, foram abertas 179 turmas nos cursos de qualificação profissional nas mais diversas áreas como informática, corte e costura, marcenaria, pintura industrial e montagem de andaime. Ao todo, desde o início das capacitações de qualificação profissional presenciais, foram ofertadas 310 turmas com um total de 9.220 vagas e 5.965 alunos formados até dezembro de 2022. Os municípios contemplados com os cursos de qualificação profissional presencial até o momento foram Aimorés, Barra Longa, Belo Oriente (Cachoeira Escura), Governador Valadares, Ipatinga, Itueta, Mariana, Periquito (Assentamento Liberdade e Pedra Corrida),

Resplendor e Sem Peixe, em Minas Gerais e Baixo Guandu, Colatina e Linhares (Degredo, Povoação e Regência) no Espírito Santo. A Fundação Renova irá manter a oferta dos cursos de qualificação profissional presenciais até o final do ano de 2024.

## **Terra e Água**

- **Unidades de Conservação** - Estudos de Avaliação de Impactos Ambientais estão sendo realizados em Unidades de Conservação ("UCs") potencialmente impactadas e darão subsídios às ações de reparação e mitigação que se façam necessárias. Dos R\$ 93,0 milhões em recursos compensatórios que serão repassados pela Fundação Renova ao Parque Estadual do Rio Doce ("PERD"), considerado a maior floresta tropical de Minas Gerais, R\$ 25,5 milhões já foram depositados (em 2021, apenas R\$ 18,0 milhões haviam sido repassados).

A Renova também custeará ações para consolidação do Refúgio de Vida Silvestre de Santa Cruz (ES), além da construção da sede, elaboração e execução do Plano de Manejo da nova área de proteção ambiental na foz do Rio Doce (ES), que ainda será criada pelo poder público.

- **Restauração Florestal** - A Fundação Renova está recuperando nascentes, Áreas de Preservação Permanente ("APPs") e de recargas hídricas na bacia do rio Doce, ações que contribuem de maneira integrada para a qualidade da água.

As atividades de restauração florestal alcançaram, até o momento, cerca de 11,6 mil hectares de "APPs" e áreas de recarga hídrica em Minas Gerais e no Espírito Santo - a meta é alcançar 40 mil hectares de "APPs" restaurados. Ao mesmo tempo, cerca de 1.710 nascentes estão em processo de recuperação (em 2021, 1.137 nascentes foram reportadas). A meta é alcançar até 5 mil nascentes nos próximos anos.

- **Pagamento por Serviços Ambientais** - Agricultores que se comprometem a recuperar as áreas de sua propriedade, em especial nascentes, mananciais e fontes de água estão sendo recompensados financeiramente pela Fundação Renova. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) tem como objetivo gerar renda aos provedores de serviços ambientais e apoiar uma mudança da cultura extrativista para preservacionista no ambiente rural. A adesão é voluntária e a Fundação Renova é responsável por executar e dar suporte à restauração ambiental nas propriedades, fornecendo os insumos e mão de obra. O produtor rural, que será remunerado, fica responsável pela manutenção das áreas, por um prazo de cinco anos. Até dezembro de 2022, foram pagos mais de R\$ 1,0 milhão a produtores rurais na bacia do rio Doce.

## **Reconstrução e Infraestrutura**

- **Saneamento** - Uma ação fundamental para a revitalização do rio Doce é decorrente da medida compensatória que prevê a destinação, por parte da Renova, de recursos aos municípios impactados para projetos de melhoria na coleta e tratamento de esgoto e disposição adequada de resíduos sólidos urbanos. Segundo o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce ("CBH-Doce"), 80% de todo o esgoto gerado pelos municípios

atingidos pelo rompimento de Fundão não passam por tratamento e são despejados diretamente no rio.

O programa de coleta e tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos repassou durante o ano de 2022, R\$ 21,9 milhões para ações de saneamento em diversos municípios e consórcios ao longo da bacia do rio Doce. Foram concluídos sistemas de esgotamento sanitário em São José do Goiabal, Sem Peixe e Rio Casca, em Minas Gerais, e em Colatina e Linhares, no Espírito Santo. Ao todo, já foram repassados R\$ 60,3 milhões.

Simultaneamente, as prefeituras contam com assessoria técnica e oficinas de capacitação para desenvolvimento de projetos e acompanhamento de obras. Apenas em 2022, foram realizadas 1.028 visitas e reuniões de apoio técnico aos municípios e consórcios.

- **Reassentamento** - Os reassentamentos têm como missão reestruturar os modos de vida das comunidades que perderam suas casas pela passagem do rejeito após o rompimento da barragem de Fundão – os distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, em Mariana; Gesteira, em Barra Longa; e as comunidades rurais dos respectivos municípios. Cerca de 550 famílias participam ativamente do processo, que não cessará com a entrega das moradias. Após a conclusão dos reassentamentos, será realizado o monitoramento com abrangência dos programas sociais nas localidades por até 36 meses.

Até dezembro de 2022, foram investidos na construção dos reassentamentos R\$ 3,39 bilhões. O valor representa 12% do total investido em programas pela Fundação Renova (R\$ 28,07 bilhões).

Toda a infraestrutura para Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, considerando vias, energia elétrica, redes de água e esgoto das ruas está concluída.

Atualmente, as famílias de Bento Rodrigues participam de atividades culturais no local onde irão morar e iniciam uma nova fase de diálogo para definição de como será a vida no reassentamento. Postos de Saúde e de Serviços, Escola Municipal, Estação de Tratamento de Esgoto, Estação de Tratamento de Água, Praça São Bento, Praça do Encontro e o templo da Assembleia de Deus estão prontos. Em 2022, foram iniciadas as obras da Igreja São Bento, Igreja das Mercês e da Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues (“AHOBERO”). Outros oito bens coletivos - Cemitério, Salão Paroquial, Sítio Arqueológico, Parque da Comunidade, Parque Linear, Associação Comunitária, Quadra e Campo de Futebol estão previstos para ter início das obras em 2023.

Estão concluídas e prontas para serem entregues 107 casas, 11 edificações mistas (que abrigam residência e comércio no mesmo imóvel), 3 comércios e 14 lotes vagos. Outras 29 casas, 2 edificações mistas, 2 comércios e 5 lotes foram iniciados para serem concluídos em 2023. No total, estão previstos 184 casas, 16 edificações mistas, 7 comércios, 18 equipamentos coletivos e 32 lotes. Até dezembro de 2022, o investimento, em Bento Rodrigues alcançou o valor de R\$ 1,75 bilhão.

Paracatu de Baixo ganha os contornos do distrito que foi planejado pelas famílias que participam da sua empreitada - 15 casas, uma edificação mista e um comércio estão com as obras em andamento, além de Escola Infantil, Escola Fundamental, Posto de Saúde, Salão Comunitário, Posto de Serviços, Praça Santo Antônio, Casa São Vicente, Capela Santo Antônio, Cemitério e Estação de Tratamento de Esgoto ("ETE") e Estação de Tratamento de Água ("ETA"). Além disso, 2 casas e 1 bem coletivo (Sítio Arqueológico) estão sendo mobilizados, totalizando 11 de 13 bens coletivos previstos para entrega em 2023. Os outros 2 bens coletivos (Campo e Quadra) ainda não foram iniciados. Por conta do avanço na conclusão das moradias, a previsão de início das mudanças é a partir de abril de 2023. Até o momento, foram investidos em Paracatu de Baixo, cerca de R\$ 886,7 milhões.

Desde novembro de 2019, o reassentamento coletivo de Gesteira está sendo tratado na Ação Civil Pública ("ACP") que tramita na 12ª Vara Federal Cível/Agrária de Minas Gerais (atualmente 4ª Vara Federal Cível e Agrária da Subseção Judiciária de Belo Horizonte). Para dar início à execução das obras, a Fundação Renova aguarda homologação judicial do projeto conceitual que segue em discussão no âmbito judicial.

Das 37 famílias atendidas originalmente pelo reassentamento de Gesteira, 6 famílias ainda aguardam um desfecho. As demais 31 famílias tiveram seus acordos homologados, sendo que 24 delas já receberam as chaves e documentações regularizadas de suas casas (certidões, escrituras etc.) na modalidade do reassentamento familiar. A modalidade de reassentamento familiar e reconstrução contempla atualmente 118 famílias. Todos os acordos de reassentamento familiar (105 famílias) e reconstrução (13 famílias) foram homologados judicialmente no âmbito da ACP. Ao todo, 93 imóveis foram adquiridos, sendo 34 imóveis para reformar, 49 imóveis para construir e 10 lotes estruturados. Além disso, 13 famílias optaram por moradias em zonas rurais. Nesta modalidade, 15 casas foram concluídas e 1 casa aguarda aceite de pecúnia. Ao todo, para o reassentamento de Gesteira e as demais modalidades de reassentamento familiar e reconstrução, foram gastos R\$ 477,2 milhões até dezembro de 2022.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade de métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qualitativas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos.

Para mais informações sobre a evolução dos programas da Fundação Renova, acesse [www.fundacaorenova.org](http://www.fundacaorenova.org).

### **Estratégia e alocação de recursos**

A estratégia e a alocação de recursos seguiram o compromisso de dotação para o exercício de 2022. A seguir, apresentamos os valores de execução orçamentária dos programas do "TTAC" pela Fundação Renova e o montante realizado pela Samarco.

O “TTAC” estabelece a realização de aportes anuais pelas mantenedoras para a formação do patrimônio necessário para a Fundação Renova executar seus programas. Os aportes anuais são definidos com o objetivo de custear programas de duas naturezas distintas:

- I. **Programas compensatórios:** têm valor total determinado de R\$ 4,10 bilhões e envolvem duas frentes. A primeira é o financiamento do programa de Coleta e Tratamento de Esgoto e de Destinação de Resíduos Sólidos (“PG 31”), com total de R\$ 500,0 milhões. A segunda, com total de R\$ 3,60 bilhões, distribuídos em parcelas anuais de R\$ 240,0 milhões, durante 15 anos, a partir de 2016, destina-se a diferentes iniciativas de natureza compensatória, como a recuperação de nascentes e de áreas de preservação permanente e de recarga hídrica. Os recursos são corrigidos ao longo do tempo, pelo IPCA ou outro índice que vier a substituí-lo, em atendimento à cláusula 257.
- II. **Programas reparatórios:** não têm limite de valor, ou seja, as ações necessárias deverão ser implementadas sem se condicionar a montantes estabelecidos. São consideradas de cunho reparatório ações e medidas que tenham como objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos diretamente derivados do rompimento da barragem de Fundão.

### Aplicação dos recursos

Foram investidos R\$ 8.466,5 milhões nos programas do “TTAC” no exercício de 2022, sendo R\$ 8.144,0 milhões pela Fundação Renova e R\$ 322,5 milhões pela Samarco.

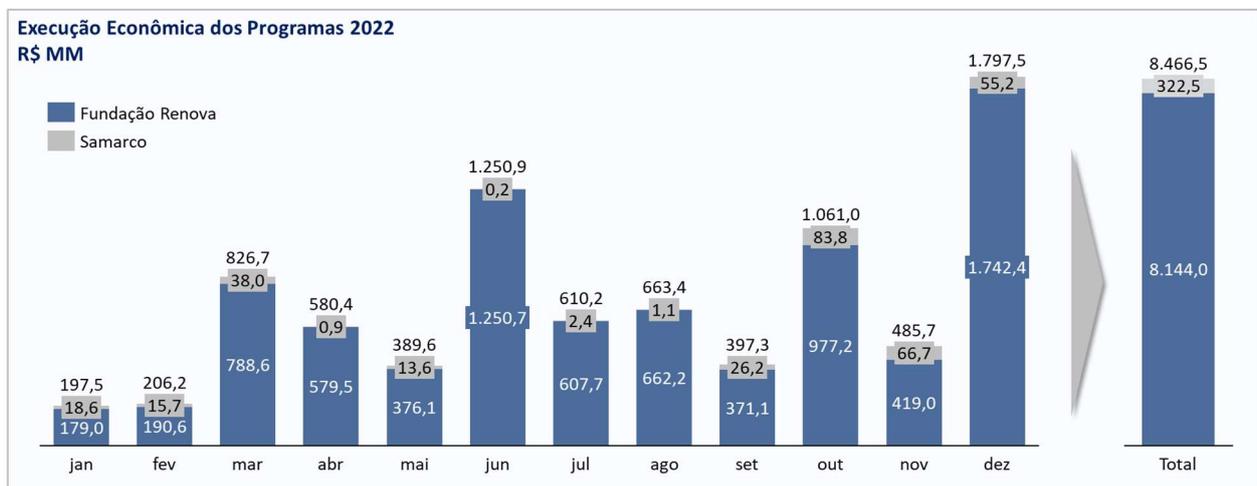


Gráfico 1: Execução econômica mensal - R\$ milhões

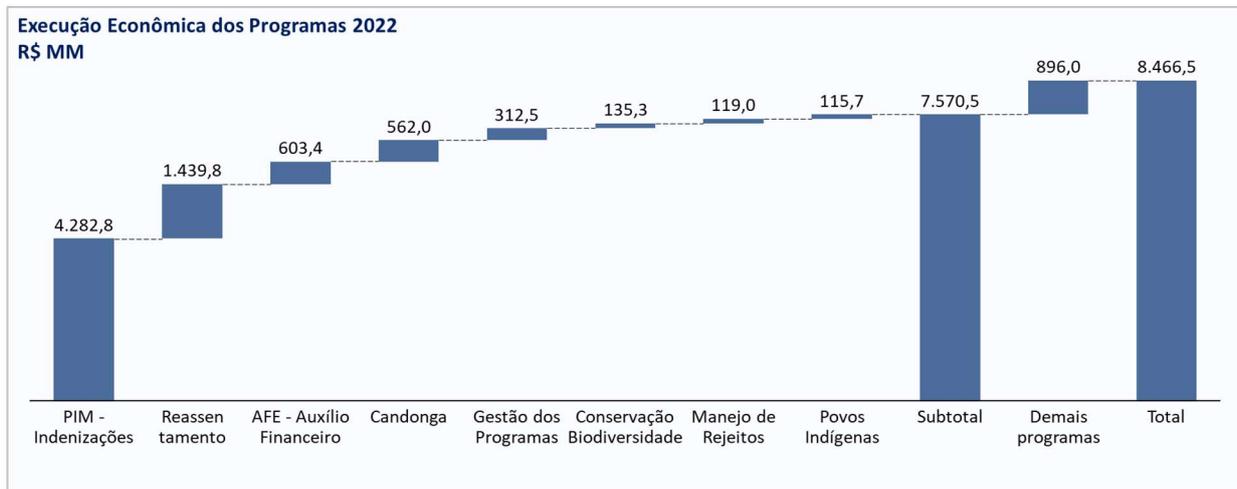


Gráfico 2: Execução econômica dos programas em 2022 - R\$ milhões

A execução econômica dos programas até 2022 totalizam R\$ 28.070,2 milhões, sendo R\$ 25.712,3 milhões pela Fundação Renova e R\$ 2.357,9 milhões pela Samarco.

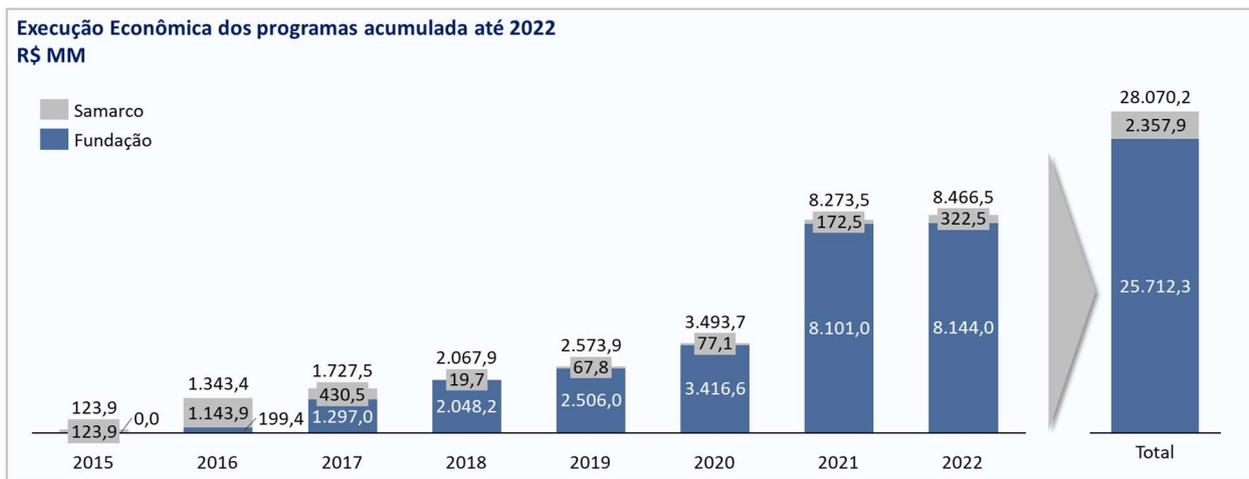


Gráfico 3: Fluxo econômico anual e acumulado - R\$ milhões



Gráfico 4: Execução econômica dos programas (acumulado) - R\$ milhões

### Origem dos recursos: dotações das mantenedoras

Para o cumprimento das obrigações de 2022, foram aportados R\$ 8.097,9 milhões na Fundação Renova em 2022, pelas mantenedoras Samarco, Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda, conforme demonstrado abaixo:

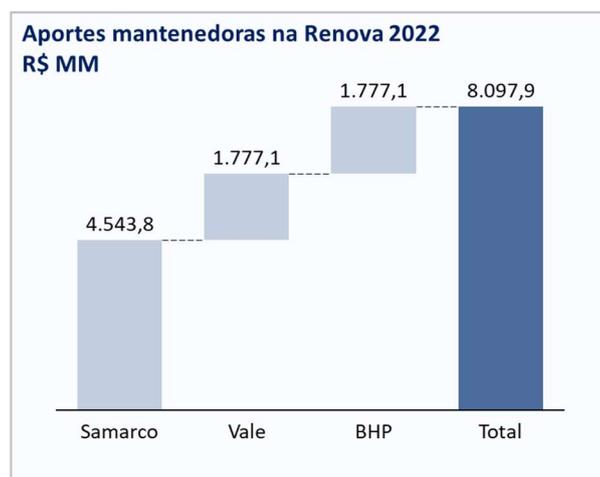


Gráfico 5: Aportes na Fundação Renova 2022 - R\$ milhões

Adicionalmente aos aportes de R\$ 8.097,9 milhões na Renova, foram realizados R\$ 322,5 milhões pela Samarco em atividades nas quais atuou em 2022 para o cumprimento dos programas do “TTAC”.

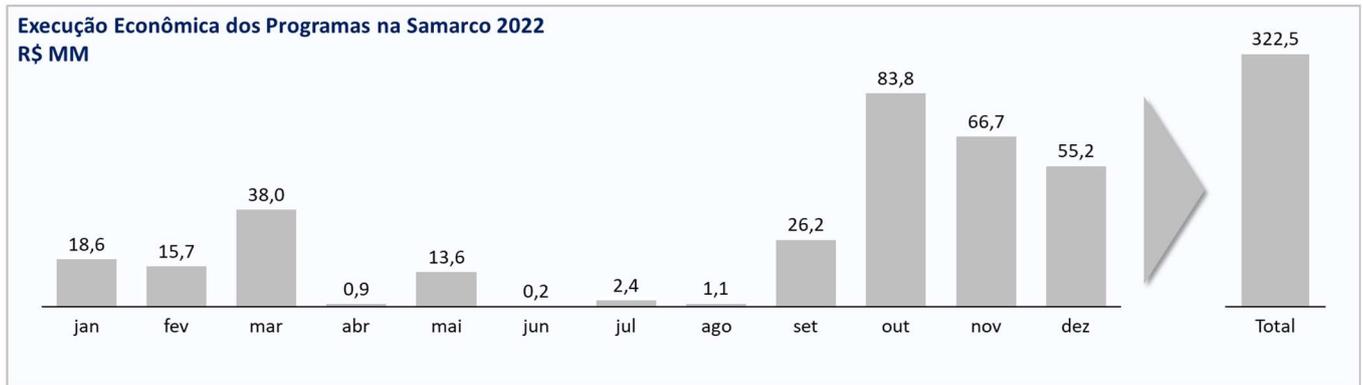


Gráfico 6: Execução econômica Samarco 2022 - R\$ milhões

Esses valores são considerados nas dotações anuais e, somados aos aportes na Renova, resultam em R\$ 8.420,4 milhões de aportes em 2022.

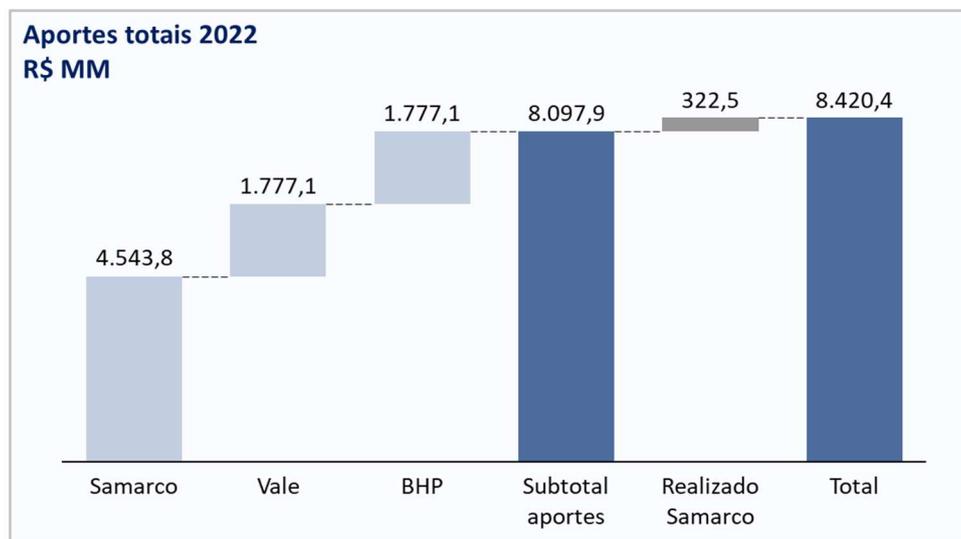


Gráfico 7: Aportes totais 2022 - R\$ milhões

### Aportes para programas compensatórios

Em atendimento à “cláusula 232 a Fundação Renova destinará R\$ 240,0 milhões, por um período de 15 anos, a partir de 2016, para execução de projetos de natureza e medidas compensatórias no âmbito dos programas, devidamente corrigidos pelo IPCA”. Em 2022 esta correção foi de R\$ 97,5 milhões, totalizando R\$ 337,5 milhões, já considerado no valor total aportado de R\$ 8.097,9 milhões, realizado pelas empresas mantenedoras na Fundação Renova.

## Destinação da dotação total de 2022

Para a consolidação dos aportes de 2022, foram considerados os recursos transferidos pelas mantenedoras por meio de depósitos para a Fundação Renova e os valores contabilizados pela mantenedora Samarco, com o objetivo de cumprir ações de programas do “TTAC”, devidamente auditados. A seguir, apresenta-se o detalhamento da destinação dos valores aportados pelas mantenedoras e os valores realizados pela Samarco em programas, no total de R\$ 8.420,4 milhões.

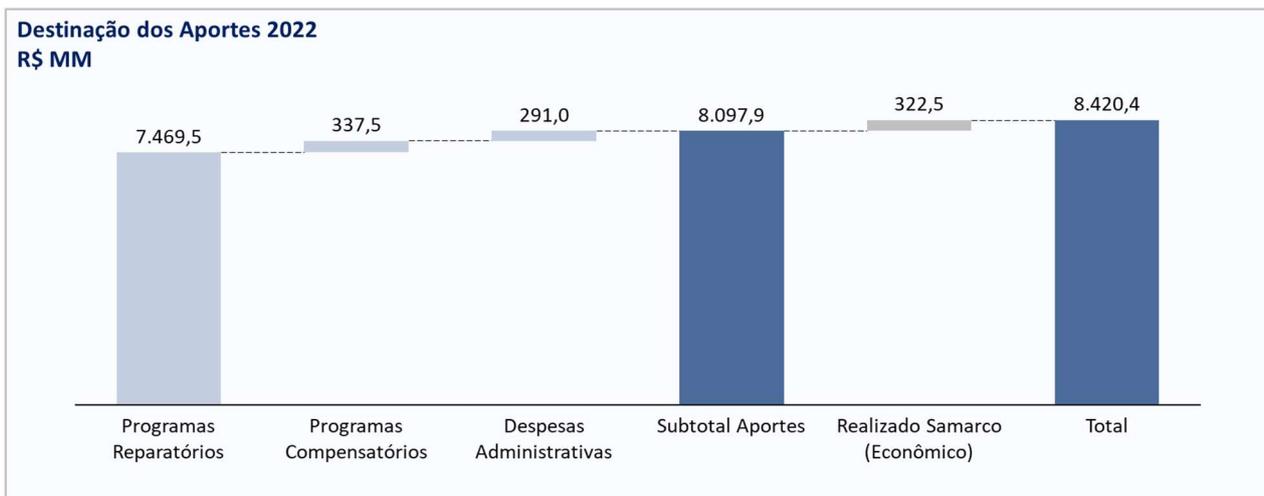


Gráfico 8: Destinação dos aportes em 2022 – R\$ milhões

Na visão acumulada, os aportes realizados diretamente na Fundação Renova totalizaram R\$ 27.108,2 milhões, que, adicionados aos valores desembolsados pela Samarco no custeio de programas, somam R\$ 29.466,2 milhões.

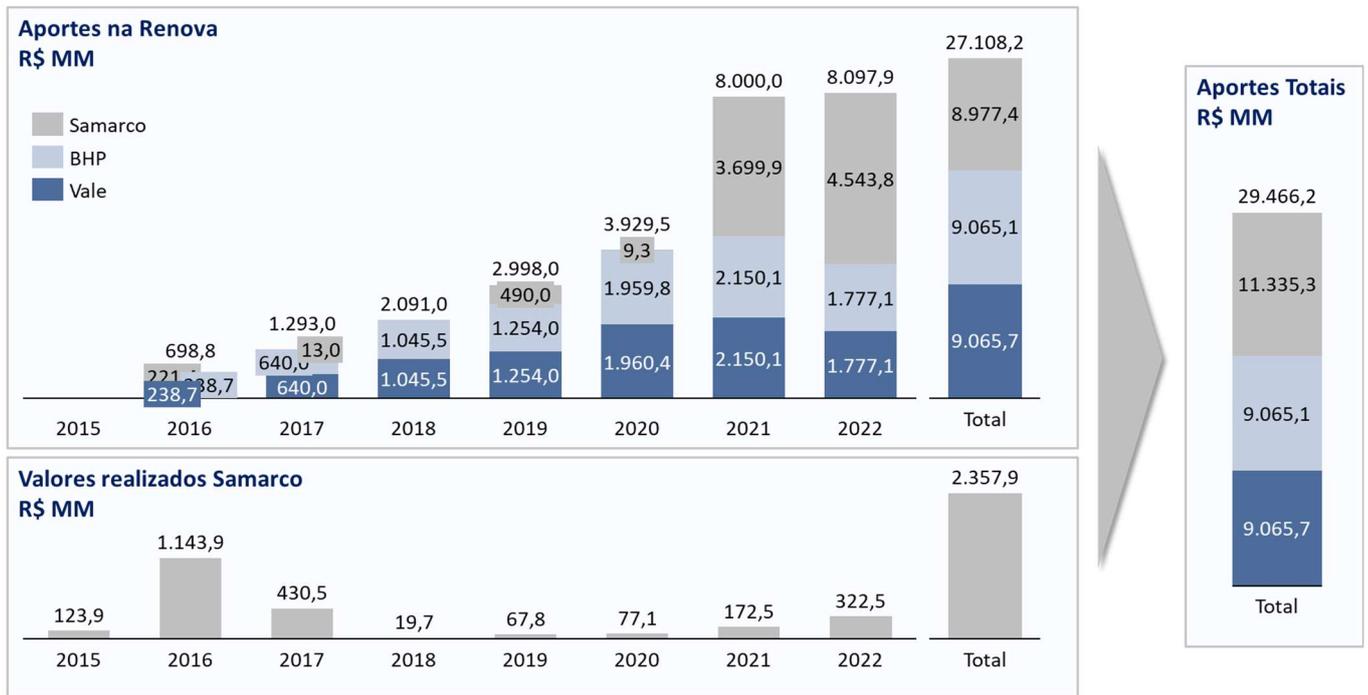


Gráfico 9: Aportes acumulados - R\$ milhões

Adicionalmente, fazem parte dos aportes para a Renova os valores mantidos em depósito judicial pela ACP 0400.15.004335-6 ("ACP Mariana"), conforme item II da cláusula 227 do "TTAC". Do montante inicial de R\$ 300 milhões, R\$ 73,4 milhões foram liberados até dezembro de 2022, restando o saldo corrigido de R\$ 303,0 milhões bloqueado. Considerando este último valor de R\$ 303,0 milhões, que é destinado à execução dos programas, os aportes acumulados totalizaram R\$ 29.769,2 milhões.

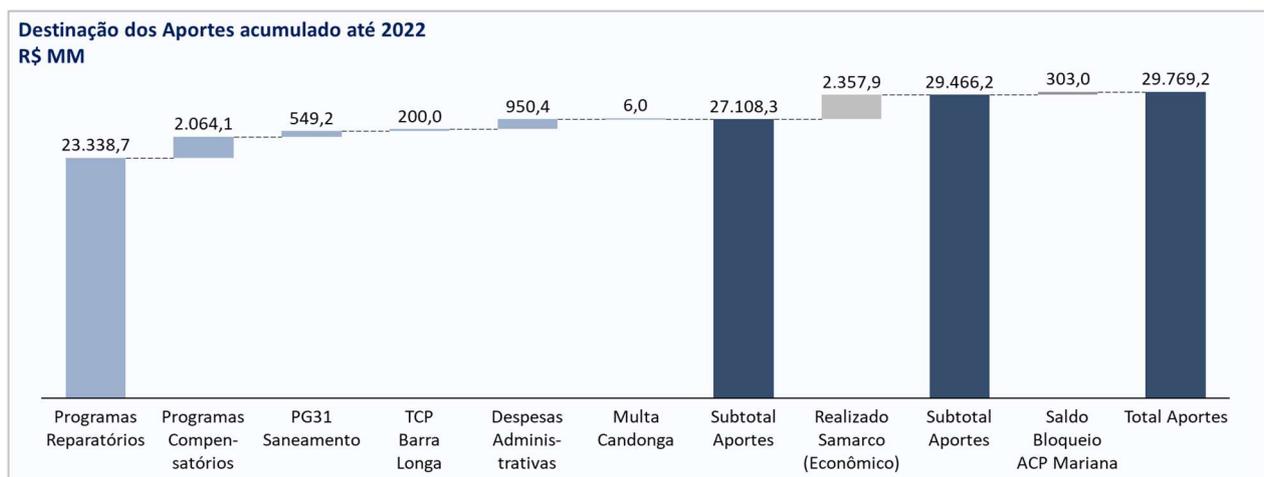


Gráfico 10: Destinação dos aportes (acumulado) - R\$ milhões

## Posição do caixa

O total de recursos no caixa da Renova ao final de dezembro de 2022 foi de R\$ 1.031,5 milhões, sendo R\$ 659,0 milhões referentes aos recursos para o PG31 – Saneamento, conforme cláusula 169 do “TTAC” e o restante destinado às demais obrigações da organização para programas, principalmente às indenizações com propostas aceitas e em homologação judicial e despesas administrativas.

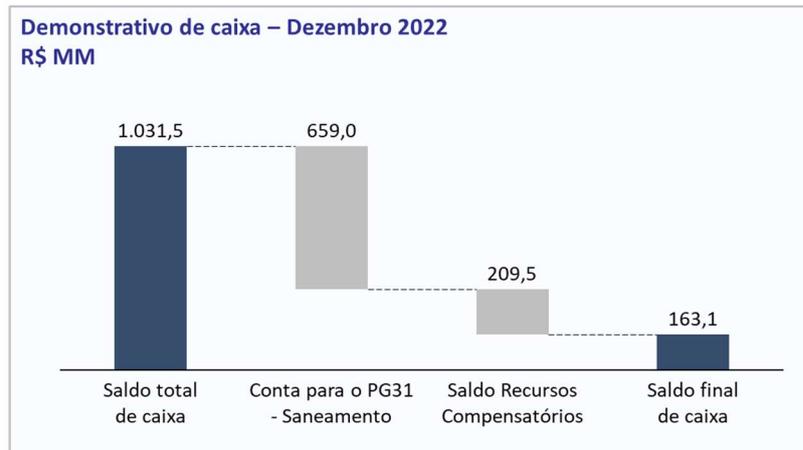


Gráfico 11: Demonstrativo de caixa em dez/2022 - R\$ milhões

## Despesas de gestão

São tratadas como despesas de gestão todas aquelas relacionadas ao custeio da estrutura corporativa da Renova. O valor total realizado em 2022 foi de R\$ 396,7 milhões, sendo 59% (R\$ 233,2 milhões) direcionados às despesas finalísticas - estrutura voltada diretamente à execução dos programas e o restante (R\$ 163,5 milhões), às despesas administrativas das áreas de suporte, exceto provisões e tributos registrados diretamente nas contas de despesas.

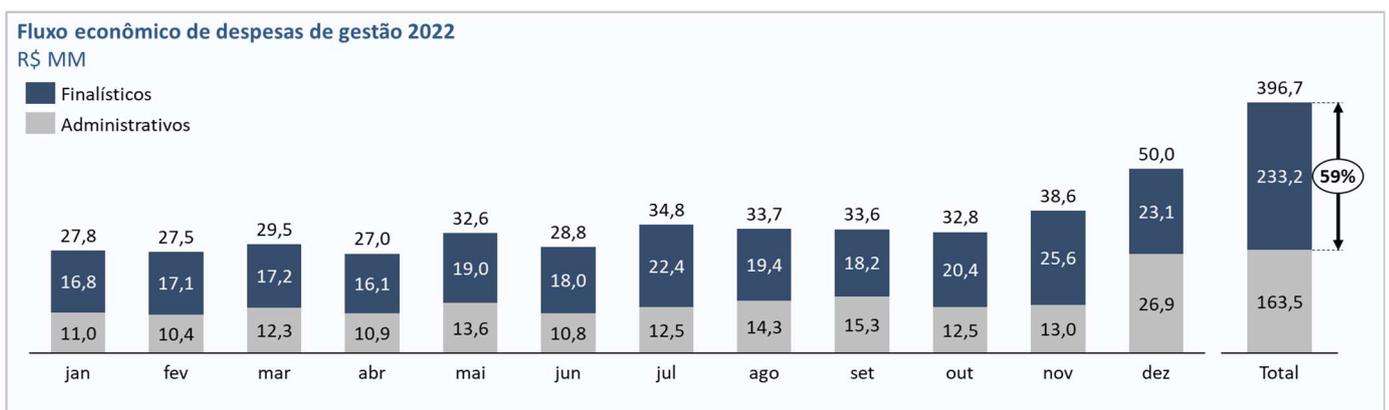


Gráfico 12: Fluxo econômico de despesas de gestão 2022 - R\$ milhões

## Custeio do sistema de governança

Além das despesas para cumprimento das ações dos programas e despesas administrativas, a Renova é responsável pelo custeio das reuniões e despesas para viagens dos membros da governança do Comitê Interfederativo ("CIF"), bem como de atingidos, atendendo ao estabelecido no TAC Governança. O valor realizado com o custeio do sistema de governança em 2022 foi de R\$ 87,4 milhões.

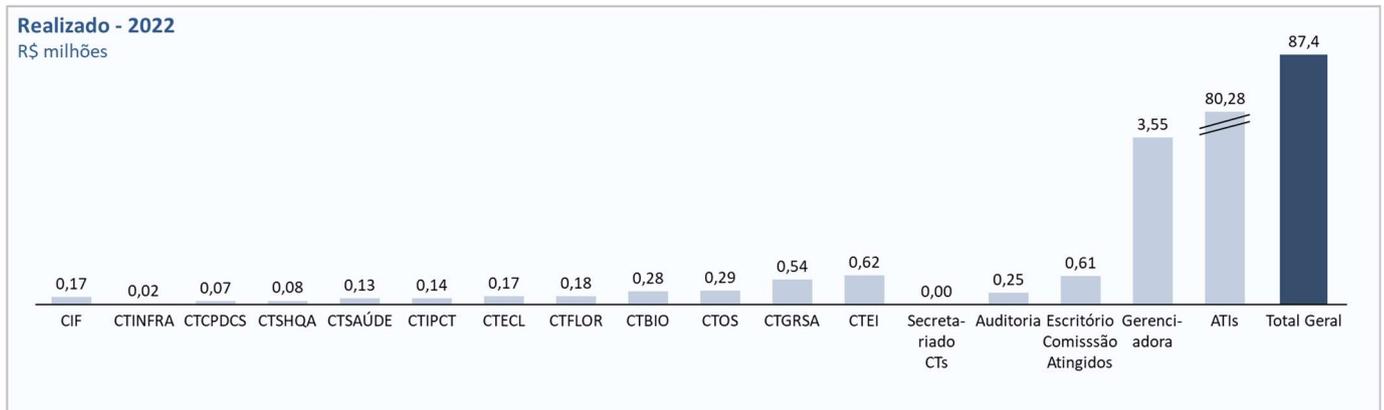


Gráfico 13: Custos realizados no sistema de Governança 2022 – R\$ milhões

O custeio do sistema de governança foi iniciado em agosto de 2018 e os valores realizados desde esse período totalizaram R\$ 102,6 milhões.

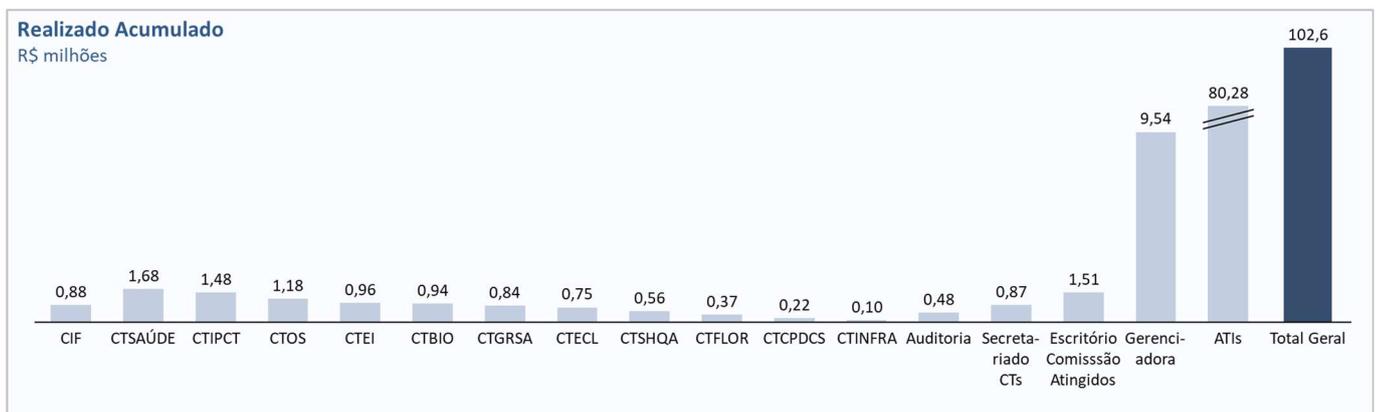


Gráfico 14: Custos realizados no sistema de Governança (acumulado) - R\$ milhões

## Valor econômico direto gerado e distribuído

A reparação gera, atualmente, mais de 9.400 empregos diretos e indiretos. Do total de postos gerados, 55% são ocupados por profissionais dos municípios afetados.

Até dezembro de 2022, o valor dos contratos firmados com fornecedores locais em toda a área de atuação da Fundação Renova foi de R\$ 1,84 bilhão, o que corresponde a 55% de todos os contratos firmados pela organização. O estímulo à contratação local cria

condições para que se possa dar preferência a fornecedores e prestadores de serviços locais, de maneira a dinamizar a economia dos municípios impactados e aumentar a arrecadação de impostos municipais.

As operações realizadas pela Fundação Renova em 2022 geraram R\$ 375,6 milhões em tributos municipais e federais, R\$ 47,5 milhões a mais que o ano anterior, quando foram gerados R\$ 328,1 milhões.

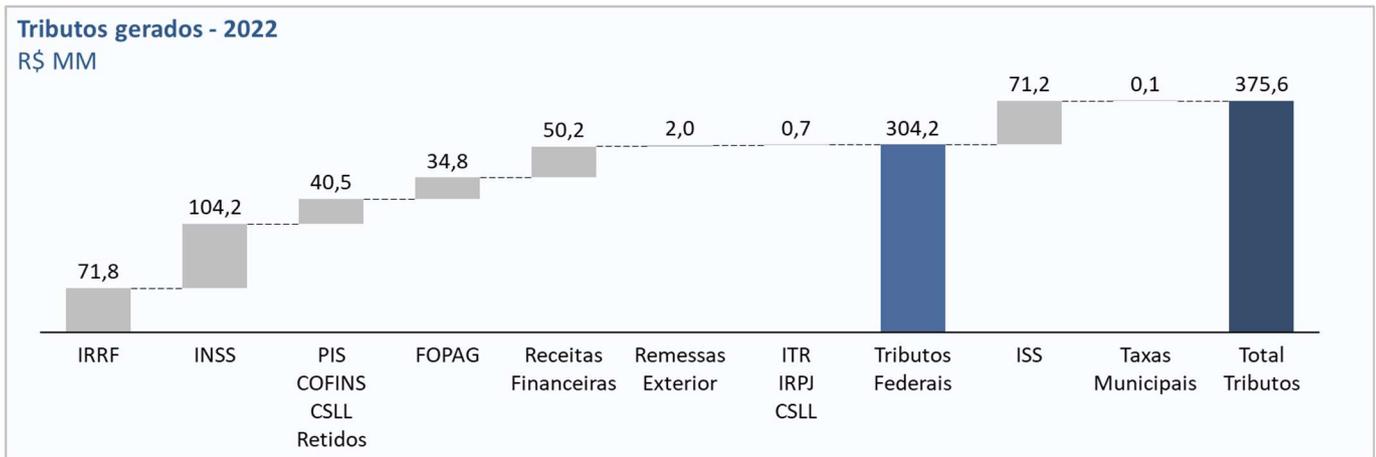


Gráfico 15: Tributos gerados em 2022 - R\$ milhões

Para o período entre 2016 e 2022, a carga tributária apurada foi de R\$ 301,7 milhões para os tributos diretos. Além dos tributos diretos, as operações realizadas pela organização geraram R\$ 1.061,9 milhões de tributos indiretos municipais e federais retidos desde o início de suas operações. O valor total apurado até dezembro de 2022 foi de R\$ 1.363,6 milhões.

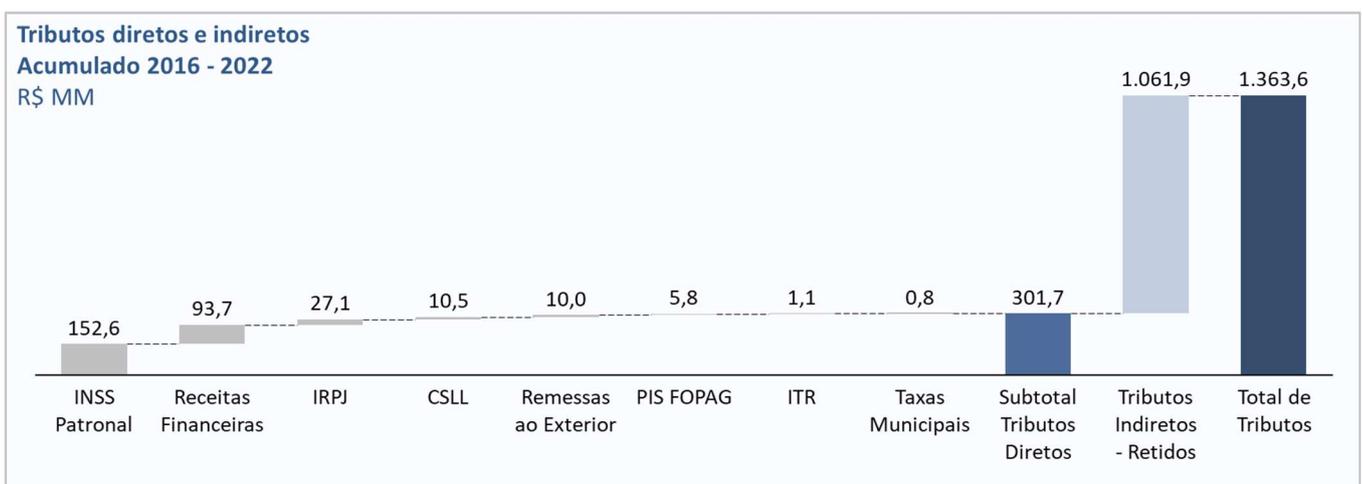


Gráfico 16: Tributos diretos e indiretos (acumulado) - R\$ milhões

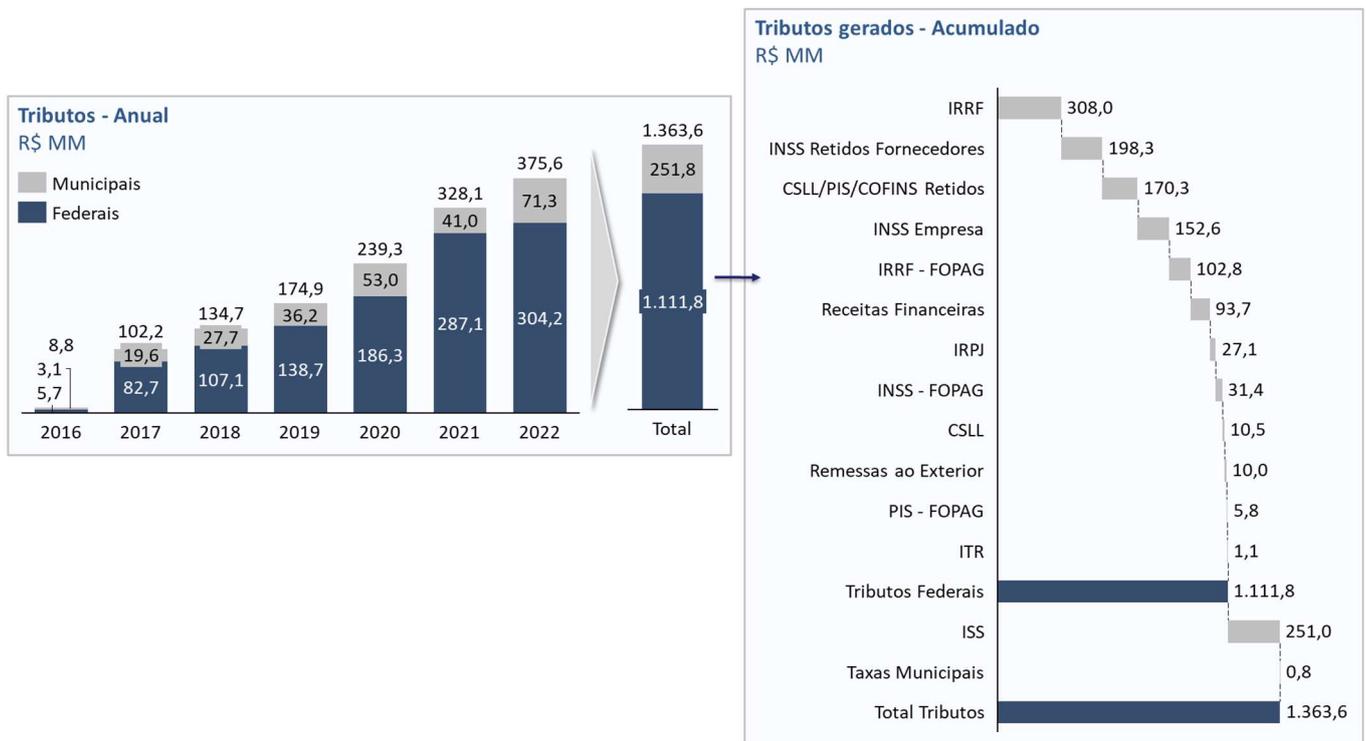


Gráfico 17: Evolução anual tributos - R\$ milhões

### Perspectivas para 2023

Foram orçados R\$ 8,12 bilhões para o exercício de 2023. A composição desta previsão, que não gera obrigações, considera os custos para a execução dos programas do "TTAC" (R\$ 7,80 bilhões), as despesas administrativas (R\$ 172,1 milhões) e o custeio do sistema de governança (R\$ 141,1 milhões).

Com o valor orçado para este ano, o total gasto nas ações socioambientais e socioeconômicas, desde novembro de 2015, deverá ficar em torno de R\$ 36 bilhões em dezembro de 2023.

Duas áreas de atuação da Fundação Renova caminham para a conclusão e, para isso, receberão a maior parte dos recursos em 2023: indenizações e reassentamento, representando 65% do orçamento.

O valor orçado para pagamento de indenizações e auxílios financeiros emergenciais é de R\$ 3,67 bilhões. Conforme já relatado, até dezembro do ano passado, 409,4 mil pessoas receberam R\$ 13,57 bilhões em indenizações e auxílios financeiros emergenciais.

A Fundação Renova atua para concluir o processo de indenização. Em dezembro de 2022, foi iniciado o encerramento faseado do Sistema Indenizatório Simplificado, implementado em agosto de 2020 pela Renova, por determinação do Poder Judiciário, como uma alternativa para indenização de categorias com dificuldades de comprovação de danos, como lavadeiras, artesãos, areeiros, carroceiros, extratores minerais, pescadores de subsistência e informais, entre outros. O sistema também indeniza dano água e categorias

formais, como pescadores profissionais, proprietários de embarcações e empresas como hotéis, pousadas e restaurantes. O Sistema Indenizatório Simplificado será encerrado em etapas, por decisão da Justiça, para garantir que todas as localidades tenham o mesmo prazo de adesão.

Além do Sistema Indenizatório Simplificado, há outra opção de indenização para quem consegue fazer a comprovação de danos. Trata-se do Programa de Indenização ("PIM"), que indeniza categorias formais, e funciona por meio da plataforma Sistema "PIM/AFE" ("SPA"), disponível no site da Fundação Renova.

Outro programa que avança e tem entregas importantes para o ano é o reassentamento, com previsão de investimento de R\$ 1,64 bilhão, um aumento de 14% em relação a 2022, quando foi gasto R\$ 1,44 bilhão. Das 568 famílias com moradias afetadas pelo rompimento, 209 tiveram os seus casos resolvidos com a mudança para seus novos imóveis ou indenizações até dezembro de 2022. A expectativa é que, no primeiro trimestre de 2023, as novas comunidades de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo estejam aptas para receber os futuros moradores e com os serviços públicos essenciais em funcionamento.

Além dos recursos previstos para indenizações e reassentamentos, do restante de R\$ 2,49 bilhões de investimento em programas, R\$ 609,3 milhões serão destinados aos programas compensatórios – com destaque para as ações de recuperação de Áreas de Preservação Permanente ("APPs") e recarga hídrica ("ARH") e recuperação de nascentes, que neste ano terão cerca de R\$ 272,9 milhões em recursos.

Para que a Renova tenha recursos suficientes para a execução das atividades planejadas para 2023 serão necessários aportes da ordem de R\$ 7,70 bilhões. As mantenedoras da Fundação Renova têm o compromisso de arcar com as obrigações assumidas pela organização e por subsidiar futuros investimentos que estejam enquadrados nas políticas dos programas. Para tanto, as mantenedoras realizarão contribuições suficientes para cobrir as atividades previstas para 2023.

Decisões judiciais podem alterar a previsão, sobretudo, em indenizações, que somam uma quantia considerável de recursos. A Fundação Renova está mobilizada para cobrir os passivos de curto prazo gerados por tais decisões.

As projeções são baseadas em cenários, sem garantia de realização e não constituem promessa de desempenho. Qualquer variação relevante nos valores previstos ou realizados ao longo do tempo pode ser devido a fatores sobre os quais não temos controle ou temos controle limitado.

Ao mesmo tempo, a Fundação Renova buscará construir soluções que proporcionem às comunidades condições para a retomada da atividade econômica de forma sustentável, diversificada e inclusiva. A organização está empenhada também em transformar as ações previstas no "TTAC" em frentes indutoras de desenvolvimento, com iniciativas de curto, médio e longo prazos, com foco na reparação.

## **Síntese**

Foram investidos R\$ 28,07 bilhões nos programas desde dezembro de 2015, em ações relacionadas aos impactos socioeconômicos e socioambientais procedentes do rompimento da barragem de Fundão, sendo R\$ 26,18 bilhões em ações reparatórias e R\$ 1,89 bilhão em ações compensatórias.

Somente em 2022, os recursos investidos em programas totalizaram R\$ 8,47 bilhões, R\$ 0,20 bilhão a mais do que em 2021. As despesas de gestão administrativas somaram R\$ 163,5 milhões, exceto provisões e tributos registrados diretamente nas contas de despesas, e o custeio do sistema de governança requereu R\$ 87,4 milhões em 2022.

As indenizações pagas alcançaram R\$ 4,80 bilhões em 2022 e R\$ 13,57 bilhões no acumulado, compreendendo danos referentes a água (R\$ 305,2 milhões) e gerais (R\$ 10,98 bilhões), além de auxílios financeiros (R\$ 2,28 bilhões).

As mantenedoras aportaram diretamente na Fundação Renova R\$ 27,11 bilhões, sendo R\$ 8,10 bilhões em 2022.

A distribuição dos recursos reflete a materialidade e a complexidade dos programas, afeta e determina a geração de valor, além de fornecer subsídios para decisões relacionadas a investimentos futuros.

A seguir, são apresentadas as demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Diretoria**

André Giacini de Freitas  
Diretor-presidente

Juliana Borges Ferreira Souto  
Diretora de Planejamento e Gestão

Carlos Eduardo Vaz de Mello Tannus  
Diretor de Engenharia e Obras

Flavio Chantre  
Diretor de Relacionamento Institucional

Luiz Antônio Roris Rodrigues Scavarda do Carmo  
Diretor de Programas

## BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro  
Em milhares de reais

### ATIVO

<b>Circulante</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Caixa e equivalentes de caixa	3	163.233	440.339
Aplicações financeiras vinculadas	3	868.280	770.856
Tributos a recuperar	4	42.562	19.357
Adiantamento - Parcerias e acordos	5	136.820	143.337
Outros ativos	6	62.733	40.564
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.273.628</b>	<b>1.414.453</b>
<b>Não circulante</b>			
Bens destinados a terceiros	7	2.546.176	1.464.919
Valores a receber - Fundos Desenvolve Rio Doce	8	58.804	50.946
Depósito judicial	15	185.496	40.593
Imobilizado	9	36.995	38.214
Intangível	9	3.973	3.817
Ativo direito de uso - Arrendamento	9	2.013	1.222
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>2.833.457</b>	<b>1.599.711</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>4.107.085</b>	<b>3.014.164</b>

### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

<b>Circulante</b>	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Fornecedores	10	321.484	232.795
Salários, provisões e contribuições sociais	11	22.686	19.249
Tributos a recolher	12	31.085	44.017
Indenizações a pagar e outras	13	105.547	75.822
Obrigações socioambientais e socioeconômicas	14	625.559	467.314
Contribuição despesas administrativas a apropriar	17.a	70.767	32.879
Arrendamento	9	1.708	917
Outros passivos		7	4.914
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.178.843</b>	<b>877.907</b>
<b>Não circulante</b>			
Obrigações socioambientais e socioeconômicas	14	2.918.984	2.180.764
Provisão para causas judiciais	15	17.805	14.057
Arrendamento	9	305	305
<b>Total do passivo</b>		<b>4.115.937</b>	<b>3.073.033</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Patrimônio social	16	26.157.834	18.350.904
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas	16	(26.157.834)	(18.350.904)
Déficit do exercício		(8.852)	(58.869)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(8.852)</b>	<b>(58.869)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.107.085</b>	<b>3.014.164</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais)



	<b>Nota</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Aportes</b>			
Aportes socioambientais e socioeconômicas	17	7.035.324	7.676.644
Aportes despesas administrativas	17	253.112	142.296
Gratuidade e trabalho voluntário	17	2.625	3.734
<b>Total de aportes</b>		<b>7.291.061</b>	<b>7.822.674</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Com programas	18	(7.035.324)	(7.676.644)
Gerais e administrativas	19	(253.112)	(142.296)
Gratuidade e trabalho voluntário	19	(2.625)	(3.734)
<b>Total de despesas operacionais</b>		<b>(7.291.061)</b>	<b>(7.822.674)</b>
<b>Superávit operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	20	207.918	74.892
Despesas financeiras	20	(216.843)	(134.002)
Variações cambiais líquidas		76	42
Outras receitas operacionais		2	2
<b>Déficit antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>(8.847)</b>	<b>(59.066)</b>
Imposto de renda e contribuição social	12	(5)	197
<b>Déficit do exercício</b>		<b>(8.852)</b>	<b>(58.869)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais)



	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Déficit do exercício	(8.852)	(58.869)
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>(8.852)</b>	<b>(58.869)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES  
DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais)



	<b>Nota</b>	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Transferência</b>	<b>Superávit (déficit) acumulado</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>10.482.904</b>	<b>(10.482.904)</b>	<b>(58.423)</b>	<b>(58.423)</b>
Dotação das mantenedoras	16	7.868.000	-	-	7.868.000
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas	16	-	(7.868.000)	58.423	(7.809.577)
Déficit do exercício		-	-	(58.869)	(58.869)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>		<b>18.350.904</b>	<b>(18.350.904)</b>	<b>(58.869)</b>	<b>(58.869)</b>
Dotação das mantenedoras	16	7.806.930	-	-	7.806.930
Transferência para conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas	16	-	(7.806.930)	58.869	(7.748.061)
Déficit do exercício		-	-	(8.852)	(8.852)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>26.157.834</b>	<b>(26.157.834)</b>	<b>(8.852)</b>	<b>(8.852)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA****Exercícios findos em 31 de dezembro**

(Em milhares de reais)



	Nota	2022	2021
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Déficit do exercício		(8.852)	(58.869)
<b>Ajustes para reconciliar déficit do exercício com caixa gerado pelas atividades operacionais:</b>			
Depreciação e amortização	9	7.193	4.415
Atualização das obrigações socioambientais e socioeconômicas	14	199.772	126.011
Provisão de Serviços a pagar e outros		(4.907)	4.256
PCLD - Fundo Desenvolve Rio Doce	8	1.604	1.659
Provisão para causas judiciais	15	3.748	4.314
		<b>198.558</b>	<b>81.786</b>
<b>(Aumento) redução nos ativos operacionais:</b>			
Contas a receber - Fundo Desenvolve Rio Doce	8	(9.462)	(4.999)
Depósitos Judiciais	15	(144.903)	(32.239)
Tributos a recuperar	4	(23.205)	(13.350)
Adiantamento - Parcerias e acordos	5	6.517	(18.017)
Outros ativos	6	(22.169)	(24.112)
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores	10	88.689	105.535
Salários, provisões e contribuições sociais	11	3.436	1.160
Impostos a recolher	12	(12.932)	17.449
Indenização a pagar e outras	13	29.725	(74.519)
Obrigações socioambientais e socioeconômicas	14	755.562	196.354
Contribuição despesas administrativas a apropriar	17.b	37.888	(10.296)
Outros passivos		4	4
		<b>907.708</b>	<b>224.756</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>907.708</b>	<b>224.756</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Bens destinados a terceiros	7	(1.081.257)	(416.704)
Aquisição de imobilizado e intangível	9	(6.132)	(18.326)
Aplicações financeiras vinculadas – entradas	3	(240.000)	(240.000)
Aplicações financeiras vinculadas – rendimentos	3	(133.891)	(88.053)
Aplicações financeiras vinculadas – resgates	3	276.466	687.692
		<b>(1.184.814)</b>	<b>(75.391)</b>
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(1.184.814)</b>	<b>(75.391)</b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(277.106)</b>	<b>149.365</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3	440.339	290.974
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3	163.233	440.339
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(277.106)</b>	<b>149.365</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A Fundação Renova ("Fundação" ou "Entidade") é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 24 de junho de 2016 e estabelecida na cidade de Belo Horizonte – MG, com sua sede na avenida Getúlio Vargas 671, 4º andar. A Fundação Renova possui como instituidoras e mantenedoras a Samarco Mineração S.A. ("Samarco") - como Mantenedora Principal - Vale S.A. ("Vale") e BHP Billiton Brasil Ltda. ("BHP Billiton"), as três em conjunto como mantenedoras ("Empresas Mantenedoras"), são responsáveis pela dotação dos recursos necessários para a realização das suas atividades.

Sua regência se dá pelo Estatuto e pela legislação que lhe é aplicável. Tem como objetivo exclusivo a gestão e execução das medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais, incluindo a promoção da assistência social aos atingidos, em decorrência do rompimento da barragem de Fundão, de propriedade da Samarco, conforme detalhado no Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta ("TTAC"), celebrado em 02 de março de 2016 entre a Samarco, Vale, BHP Billiton Brasil Ltda. e diversos órgãos governamentais.

### **A Fundação Renova possui as seguintes inscrições e títulos:**

- Escritura pública de instituição registrada no Cartório do 2º Tabelionato de Notas da comarca de Belo Horizonte, livro 2800N, folhas 052 e 053, em 29 de junho de 2016;
- Estatuto registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da comarca de Belo Horizonte sob o nº 138160 em 05 de julho de 2016;
- Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas ("CNPJ") sob o nº 25.135.507/0001-83.

### **1.1 Atualização sobre o pedido de intervenção, reprovação das contas e extinção da Fundação Renova pelo Ministério Público de Minas Gerais - Promotoria de Justiça Especializada na Tutela de Fundações ("MPMG")**

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou em 24 de fevereiro de 2021 a ação civil pública nº 5023635-78.2021.8.13.0024, em trâmite da 5ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte com a finalidade de se decretar a intervenção judicial sobre a Fundação Renova, com o estabelecimento de um desenho de transição e a extinção da referida Entidade, haja vista a suposta existência de desvio de finalidade nos seus objetivos estatutários.

Após esse movimento do MPMG, a Advocacia Geral da União ("AGU") na condição de representante do Comitê Interfederativo ("CIF"), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA"), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade ("ICMBio"), Agência Nacional de Mineração ("ANM") e Agência Nacional de Águas ("ANA") requereu ao juízo da 12ª Vara Federal da Seção Judiciária de Minas Gerais em Belo Horizonte (atual 4ª Vara Federal), responsável pela Ação Civil Pública PJe nº 1024354-89.2019.4.01.3800 (autos físicos nº 0069758-61.2015.4.01.3400), a criação de um eixo prioritário de decisão, visando uma remodelação do processo de governança.

No dia 16 de março de 2021, o Juízo Federal deferiu os pedidos liminares no sentido de inaugurar o Eixo Prioritário nº 13 (autos sob nº 1011729-52.2021.4.01.3800) visando realizar um diagnóstico completo da Fundação Renova a serem realizados por perito externo nomeado judicialmente (A.T. Kearney Ltda.), que previu no plano de trabalho um relatório sobre "a performance de uma organização cujo propósito é a entrega de um programa complexo envolvendo diversas iniciativas pode ser avaliada a partir de quatro dimensões fundamentais", quais sejam, Governança, Preparação dos Programas,

Recursos e Acompanhamento. Nesta mesma decisão, o Juízo Federal reafirmou sua competência para tratar da matéria.

Diante da Ação Civil Pública proposta perante a Justiça Estadual e o deferimento de abertura do Eixo Prioritário nº 13 pela Justiça Federal, ambos tratando do mesmo tema, a União e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis ("IBAMA") apresentaram ao Superior Tribunal de Justiça o Conflito de Competência nº 179.834 a fim de declarar a 12ª Vara Federal Cível e Agrária da Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais - SJMG (atual 4ª Vara Federal) competente para processar e julgar a ACP nº 5023635-78.2021.8.13.0024. Em 24 de maio de 2021, foi deferido pelo STJ, liminarmente, a suspensão da referida Ação Civil Pública, determinando a competência provisória da 12ª Vara Federal para dirimir as questões incidentes sobre o tema, até o julgamento final do Conflito de Competência, o qual se encontra concluso com o Ministro Relator desde 29 de agosto de 2022. Em cumprimento da decisão proferida pelo STJ, o Juiz da 5ª Vara Cível de Belo Horizonte, proferiu despacho sobrestando a Ação Civil Pública ajuizada pelo MPMG, a qual assim permanece até a presente data.

O Eixo Prioritário nº 13 seguiu sua tramitação, tendo sido nomeado perito judicial para elaboração de Diagnóstico sobre a Governança Interna da Fundação Renova, tendo sido apresentado um laudo preliminar em 01 de novembro de 2021 e um laudo complementar em 23 de maio de 2022, os quais, de forma geral, concluíram que a estrutura da Renova é adequada e está em condições de seguir a frente do processo de reparação, cumprindo as diretrizes do sistema de governança, sugerindo ajustes em algumas de suas práticas e um novo desenho de governança, mais voltado à execução dos Programas, para que a reparação consiga andar na velocidade adequada às necessidades dos territórios e dos atingidos.

Após apresentação de quesitos suplementares pelas empresas mantenedoras e pela Fundação Renova, o Perito oficial apresentou seus esclarecimentos, tendo as partes sido intimadas a se manifestarem sobre estes em 11 de novembro de 2022. As empresas mantenedoras e a AGU protocolaram manifestação, requerendo e reiterando alguns esclarecimentos, aguardando-se, no momento, decisão judicial para intimar o Perito a se manifestar.

## **1.2 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19**

Desde o início da pandemia, a Fundação Renova vem tomando as medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais.

As restrições impostas pela Covid-19 tiveram diferentes impactos nas atividades da Fundação Renova, e afetaram sobretudo: mudanças nos projetos e programas, principalmente os de natureza socioeconômica, com foco na retomada econômica, nas novas demandas do território, nas interrelações entre o setor público e privado e na reestruturação e modernização das cadeias produtivas, como turismo e agricultura; nos programas socioambientais, com a geração de renda aos provedores de serviços ambientais e o desenvolvimento de soluções inovadoras para a recuperação e preservação da vegetação nativa; e por fim, na execução de grandes obras, por conta dos protocolos sanitários, do controle de fluxo de pessoas e no equilíbrio econômico-financeiro dos contratos.

Neste cenário, a Entidade vem monitorando os efeitos nas suas operações, e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos

com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes são:

- Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros;
- Perda esperada em aplicações financeiras;
- Renegociações de contratos de arrendamentos, principalmente os referentes as obras de reassentamento.

O Comitê Covid segue acompanhando a evolução da pandemia e, em caso de mudanças de cenários, novas recomendações serão comunicadas, de acordo com as melhores práticas conhecidas e a análise da situação no momento da tomada de decisão.

### **1.3 Aprovação da emissão das demonstrações financeiras**

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho Curador, em 20 de abril de 2023, tendo o Conselho Fiscal emitido seu parecer favorável em 12 de abril de 2023.

## **2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis**

As cifras apresentadas nessas demonstrações financeiras estão em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

### **2.1 Declaração de conformidade e base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica “Entidades sem Finalidade de Lucros – ITG 2002 (R1)” e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) homologados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração da Fundação Renova efetue julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A Fundação Renova revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 2.5.

## **2.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2022:

- Alteração ao CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- Alteração ao CPC 25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- Alteração ao CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:
  - i) CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
  - ii) CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
  - iii) CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Renova.

## **2.3 CPC 06 (R2) - Arrendamentos**

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, ou seja, com essa norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

A Entidade reconheceu novos ativos classificados como "Ativo de direito de uso" para os seus contratos de arrendamento referentes a locação de imóveis administrativos e operacionais. Tais custos, passam a ser reconhecidos no resultado com amortização referente ao ativo de direito de uso, e despesa de juros referente as obrigações de arrendamento.

A mensuração dos novos contratos seguiu os seguintes procedimentos: (i) O valor do passivo de arrendamento foi calculado com base no valor presente dos contratos de arrendamento remanescentes, descontados, utilizando a taxa incremental (desconto) de 11,67% a.a., cotação junto à Caixa Econômica Federal, na data da aplicação inicial, e (ii) o valor do ativo de direito de uso na data de aplicação inicial foi mensurado com abordagem simplificada.

## **2.4 ICP 22 – “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre a Renda”**

Essa interpretação esclarece como mensurar e reconhecer ativos e passivos de tributos sobre o lucro (IR/CS) correntes e diferidos, à luz do CPC 32, nos casos em que há incerteza sobre tratamentos aplicados nos cálculos dos respectivos tributos. A administração da Renova avaliou os principais tratamentos fiscais adotados nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

## **2.5 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas contábeis críticas, bem como o exercício de julgamento por parte da Administração da Fundação Renova no processo de aplicação das políticas contábeis que afetam os valores divulgados dos ativos, passivos e despesas.

As estimativas e os julgamentos contábeis baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas fundamentadas pelas normas CPC 25 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” e CPC 01 (R1) “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, a Fundação Renova faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir.

### **2.5.1. Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas**

A Entidade reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e fiscais. A avaliação da probabilidade de perda inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões estão sujeitas a alterações futuras, dependendo de diversos fatores que não estão sob o controle da Entidade. Desta forma, os valores efetivamente incorridos pela Entidade poderão diferir dos valores atualmente provisionados. Essas mudanças podem resultar em um impacto material no valor da provisão em períodos. A Entidade revisa suas estimativas e premissas em bases mensais.

O registro das provisões ocorre quando o valor da perda for provável e puder ser razoavelmente estimada, conforme divulgado na nota 15.

### **2.5.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A Fundação Renova revisa os valores a receber com vistas à identificação de indicativos de perdas para quando necessário constituir provisão para os créditos de liquidação

duvidosa. A política contábil para estabelecer a provisão requer a análise individual dos créditos considerando suas datas de vencimento.

## **2.6 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas em reais, que é a moeda funcional e do principal ambiente econômico em que a Fundação Renova opera, gera e consome caixa e, que também é a sua moeda de apresentação.

## **2.7 Caixa e equivalentes de caixa**

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata cujos vencimentos das operações na data efetiva da aplicação são iguais ou inferiores a três meses e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

## **2.8 Instrumento financeiros**

### **2.8.1. Ativos financeiros**

A Entidade reconhece os recebíveis e os depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

#### **2.8.1.1 Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é reconhecido como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como "mantidos para negociação", ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos documentada pela Entidade. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e as mudanças no valor desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

### **2.8.1.2 Custo amortizado**

São ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem as contas a receber, os valores a receber do Fundo Desenvolve Rio Doce e outros créditos.

### **2.8.2. Passivos financeiros**

Todos os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

### **2.8.3. Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar são obrigações de bens e serviços que foram adquiridos no curso normal de suas atividades estatutárias, e são classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no curso normal, por até 12 meses. Após esse período, são apresentadas no passivo não circulante. Os montantes são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente, se necessário, mensurados pelo custo amortizado com o método de taxa efetiva de juros.

### **2.8.4. Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)**

A Entidade avalia em cada data do balanço, se o risco de crédito de instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial. Ao fazer essa avaliação, a Entidade utiliza a alteração no risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida esperada do instrumento financeiro, refletindo no valor das perdas de crédito esperadas. Para fazer essa avaliação, a Entidade compara o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência que ocorre no instrumento financeiro na data de reconhecimento inicial e deve considerar informações razoáveis e sustentáveis, disponíveis sem custo ou esforço excessivos, que sejam um indicativo de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. A administração vem aprofundando os testes de recuperabilidade dos ativos sob a perspectiva do CPC 48 – Instrumentos Financeiros e constatamos a necessidade de reconhecimento de provisão, conforme divulgado na nota 8.

### **2.8.5. Bens não circulantes destinados a terceiros**

São os ativos classificados como bens destinados a terceiros, onde a Fundação Renova se compromete com um programa que tem um plano de aquisição para construção de ativos (ou conjunto de ativos) em que a transferência é considerada altamente provável. Esses ativos são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção.

## **2.9 Imobilizado e Intangível**

O imobilizado e o intangível estão registrados ao custo de aquisição, doação, formação ou construção.

A depreciação e a amortização são iniciadas a partir da data em que os bens são instalados e estão disponíveis para uso.

A depreciação e amortização são calculadas com base no método linear, considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada. A vida útil residual contábil foi revisada conforme laudo de avaliação dos bens móveis e imóveis realizado por empresa especializada, conforme tabela abaixo:

<b>Nome da Classe</b>	<b>Vida útil residual</b>
Máquinas e Equipamentos	08 anos
Móveis e Utensílios	08 anos
Equipamento Processamento de Dados	05 anos
Sistemas – <i>Software</i>	05 anos

## **2.10 Tributos a Pagar**

### **2.10.1. Imposto de renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)**

O Imposto de renda e CSLL são calculados de acordo com interpretações decorrentes da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável (nota 12). A administração avalia periodicamente, as posições assumidas pela Entidade nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

## **2.11 Benefícios a empregados**

### **(a) Assistência médica**

A Fundação Renova concede benefícios que envolvem seguro de vida, plano de previdência privada e plano de assistência médica aos empregados e dependentes dos empregados, que respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Fundação Renova.

## **(b) Plano de previdência privada**

O valor atual de obrigações do plano depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas, e desta forma, o relatório de avaliação atuarial foi elaborado de acordo com o CPC 33 (R1), pela Willis Towers Watson (atuários independentes), e consta a estimativa do custo do benefício definido, que é um plano de benefícios pós emprego sob o qual a Entidade paga contribuições fixas para uma Entidade separada (ValiaPrev) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais, todos os resultados apresentados estão em conformidade com os padrões de prática atuarial aplicáveis. Conforme detalhado na nota 11 b.

### **2.12 Passivo de Obrigações socioambientais e socioeconômicas**

São os aportes recebidos pela Fundação Renova de suas mantenedoras, que estão atrelados a responsabilidades por obrigações de fazer por força de acordos do "TTAC" e que inicialmente transitam no patrimônio social e são reconhecidos no passivo de obrigações socioambientais e socioeconômicas. Estas obrigações são controladas de acordo com os compromissos de curto e longo prazo aprovados no orçamento, e que em 2022 seguiu a seguinte premissa:

- Programa de Saneamento Básico - Coleta e Tratamento de Esgoto e de Destinação de Resíduos Sólidos (PG 31) - considerando que o saldo total nesta "rubrica" perfaz, em dezembro de 2022, o montante de R\$473.935, reconhecemos R\$63.586 como circulante, tomando como premissa as informações do orçamento dos programas e o restante como passivo não circulante;
- Demais programas compensatórios - consideramos o saldo total desta "rubrica" de R\$813.779, em dezembro de 2022, reconhecemos R\$551.321 como circulante, tomando como premissa as informações do orçamento dos programas.
- Os gastos reparatórios que compõe o programa de reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, estão sendo reconhecidos na "rubrica" de Bens destinados a terceiros e estão classificadas no ativo não circulante (item 2.8.5) e somente serão reconhecidos no resultado, após a conclusão total deste programa, previsto para dezembro de 2024.
- Considerando que tais gastos somente serão reconhecidos no resultado quando da transferência das propriedades pela Fundação Renova aos atingidos, estamos considerando o valor aportado referente ao programa de reassentamento como passivo não circulante na "rubrica" de obrigações socioambientais e socioeconômicos.

À medida que essas obrigações são cumpridas o passivo é liquidado, contra as "rubricas" de receitas, conforme requerido pela Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros" - ITG 2002, tais receitas serão reconhecidas com valores idênticos as despesas incorridas para cumprimento das respectivas obrigações no mesmo período contábil, exceto, como explicado acima, os gastos que compõe o programa de reconstrução de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, que somente serão reconhecidos quando da conclusão total deste programa.

### **2.13 Patrimônio líquido**

Constituído pela dotação de seus outorgantes instituidores (mantenedoras), conforme previsto na escritura pública de constituição da Fundação Renova, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

### **2.14 Apuração do superávit (déficit)**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e incluem receitas e despesas, bem como os rendimentos, encargos e as variações monetárias ou cambiais, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes.

#### **(a) Reconhecimento de Aportes despesas administrativas**

Os aportes realizados pelas mantenedoras para custear as despesas administrativas são reconhecidos inicialmente no passivo na "rubrica" contribuição para despesas administrativas, quando ocorre o efetivo recebimento dos valores e, posteriormente, são registrados como aportes de despesas administrativas quando ocorrem as despesas correspondentes.

#### **(b) Reconhecimento de receitas e despesas de gratuidade e trabalhos voluntários**

Os serviços prestados pelas mantenedoras, Conselho Curador, Conselho Consultivo e Conselho Fiscal, foram reconhecidos quando efetivamente realizados e conforme requerido pela Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros" – ITG 2002 (R1).

Os valores foram mensurados pelo valor justo e registrados como se houvesse ocorrido um desembolso, ou seja, uma entrada e saída de recurso financeiro.

Tais valores foram contabilizados como receitas e despesa no mesmo montante sem gerar alteração do superávit/déficit do exercício e do patrimônio líquido.

#### **(c) Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas financeiras são reconhecidas pelo valor justo e referem-se principalmente à receita de rendimentos sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem despesas imposto sobre operações financeiras ("IOF"), despesas bancárias, juros sobre as contingências cíveis e trabalhistas e atualização financeira das obrigações socioambientais e socioeconômicas. Os ganhos e as perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

### **2.15 Gestão de risco financeiro**

#### **Fatores de risco financeiro**

As atividades da Entidade a expõem a riscos financeiros, sendo eles: risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Entidade.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Entidade, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho Curador e procedimento da Gerência.

### **(a) Risco de crédito**

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito dos valores a receber do Fundo Desenvolve Rio Doce, destinado a financiamento para capital de giro a empresas dos municípios atingidos e de atuação da Renova.

O risco de crédito é administrado corporativamente em conjunto com as instituições financeiras parceiras. Para as operações realizadas para fomentar as atividades locais (Fundo Desenvolve Rio Doce), a classificação de risco é realizada pela instituição financeira, responsável pela intermediação do recurso, através da sua área de análise de crédito que avalia a qualidade do crédito do atingido, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas das instituições financeiras. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Os recursos disponibilizados aos atingidos são liquidados nas instituições financeiras.

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Entidade estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce; e
- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do CPC 48, durante o período ocorreram oscilações nas correções financeiras devido a volatilidade do mercado, mas não identificamos valores materiais para reconhecimento.

A administração também aprofundou nos testes de recuperabilidade dos ativos sob a perspectiva do CPC 48 Instrumentos Financeiros e constatou necessidade de reconhecimento de provisão, conforme divulgado na nota 8.

### **(b) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e obrigações fixadas pelo "TTAC".

A Tesouraria investe em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados, baixo risco e liquidez adequada para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

## **3. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas**

Os valores recebidos pela Fundação Renova das mantenedoras (BHP Billiton Brasil Ltda., Vale e Samarco), e não utilizados imediatamente nas ações de reparação e compensação, foram aplicados em instituições financeiras nacionais de primeira linha, em produtos de renda fixa, como fundos soberanos, fundos lastreados em crédito privado, CDB's, compromissadas, operação prefixada, considerando o nível de

classificação de baixo risco, com liquidez diária, tendo como benchmarking o índice do CDI. As referidas aplicações financeiras são registradas ao valor justo, conforme atualização periódica informada pelas instituições financeiras.

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição do saldo de caixa e equivalentes de caixa encontra-se detalhada a seguir:

	2022	2021
<b>Caixa e bancos</b>		
No país	225	510
<b>Aplicações financeiras</b>		
No país	163.008	439.829
	<b>163.233</b>	<b>440.339</b>

O saldo remanescente de caixa, será aplicado nos demais programas reparatórios e na manutenção da Fundação Renova reconhecido como “Despesas financeiras”.

As disponibilidades nas aplicações financeiras não vinculadas, são mantidas em CDB de liquidez imediata em bancos de primeira linha com rendimento médio na ordem de 106% do CDI em 2022.

### b) Aplicações financeiras vinculadas

Parte dos recursos aportados pelas mantenedoras tem destinação exclusiva de acordo com as cláusulas do “TTAC” e, portanto, são administrados de forma segregada. A tabela abaixo demonstra os detalhes do saldo das aplicações financeiras de tais recursos:

DESTINAÇÃO	NOTA	2022	2021
Programas compensatórios – clausula 232 “TTAC”	(i)	209.488	129.167
Programas de saneamento e resíduos sólidos - PG31	(ii)	658.792	641.689
<b>Total</b>		<b>868.280</b>	<b>770.856</b>

- i. Recursos recebidos para os projetos de natureza compensatória, previstos na cláusula 232 do “TTAC” aplicados em CDB de liquidez imediata, em bancos de primeira linha. No exercício de 2022 foram recebidos R\$240.000 corrigidos pelo IPCA (R\$337.472) e desembolsados R\$ 257.150, que resultou em um saldo acumulado dos programas no final do exercício de R\$ 209.488.
- ii. Em conta segregada está a importância de R\$ 658.792 (2021 – R\$641.689), distribuída em dois fundos de investimentos, quais sejam, Itaú Corporate Diferenciado IQ FICFI (rentabilidade de 111,63% CDI) e Itaú BBA RF Crédito Privado Active FIX5 FICFI (rentabilidade de 113,55% CDI), ambos de liquidez imediata. Tal montante é destinado exclusivamente às ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico, elaboração de projetos de sistema de esgotamento sanitário, implementação de obras de coleta e tratamento de esgotos, erradicação de lixões e implantação de aterros sanitários regionais (redação “TTAC”), onde tais recursos deverão ser integralmente repassados aos municípios indicados pelo Comitê Interfederativo (“CIF”). Os repasses para os municípios iniciaram-se em 2019.

## 4. Tributos a recuperar

A composição do saldo de tributos a recuperar encontra-se detalhada a seguir:

		2022	2021
IRRF s/aplicação financeira	(a)	41.247	13.876
ISSQN a recuperar	(b)	704	712
(-) Provisão para perdas		(515)	(515)
CSLL a recuperar	(c)	560	206
INSS sobre folha a recuperar	(d)	319	319
IRPJ a recuperar	(e)	42	4.607
Outros tributos a recuperar	(f)	205	152
		<b>42.562</b>	<b>19.357</b>

- a) Retenções de IRRF sobre aplicações financeiras – valores retidos de IRRF sobre aplicações financeiras superior a 2021 reflexo de um maior volume de resgate realizado no período.
- b) Imposto sobre serviços de qualquer natureza a recuperar (“ISSQN”) - valores recolhidos a maior nos municípios em que a Fundação Renova executa projetos de reparação e compensação. Em 2018 a Fundação revisou o recolhimento de tal imposto para os municípios de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, relativo ao período de agosto de 2016 a março de 2018, em razão de serviços executados sobre o leito do Rio Doce que também é o limítrofe entre os dois municípios. O resultado deste trabalho gerou pedidos de restituição em ambas as localidades no montante total de R\$ 515. Considerando que o recebimento de tais montantes depende de decisão administrativa das prefeituras, a Entidade constituiu provisão para perda.
- c) Contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”) - recolhimento a maior referente as estimativas da CSLL, que será compensado pela Fundação Renova em 2023.
- d) INSS sobre folha a recuperar - recolhimento a maior de INSS sobre folha de pagamento, que será compensado pela Fundação Renova em 2023.
- e) Imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) - reflexo da atualização monetária referente a PER/DCOMP (pedido eletrônico de restituição, ressarcimento ou reembolso e declaração de compensação) de saldo negativo dos anos de 2018, 2019 e 2020. O crédito será compensado pela Renova em 2023.
- f) Outros tributos a recuperar - tributos retidos indevidamente de fornecedores, em geral prestadores de serviços, que será compensado pela Renova em 2023.

## 5. Adiantamentos - Parcerias e acordos

No ano de 2022 a Fundação Renova reiterou o compromisso de fomento de recursos na modalidade Parcerias e Acordos, e repasses para outras instituições do terceiro setor, mantendo o auxílio mútuo no desenvolvimento de atividades de pesquisa, novas tecnologias e execução de projetos no âmbito dos Programas do “TTAC”, destacamos a diversidade de aplicação de recursos em projetos e a atuação em conjunto às comunidades em prol da reparação e compensação. Todos estes repasses foram realizados conforme cronograma de desembolsos previstos nos Termos de Acordo firmado, e mediante a prestação de contas da etapa anterior.

	2022	2021
Parceria para monitoramento da biodiversidade aquática – Estado do Espírito Santo	64.595	43.283
Recuperação florestal	11.427	8.649
Conservação e biodiversidade	11.002	11.839
Proteção social e reparação a saúde	8.060	10.913
Parceria para assistência técnica aos atingidos de Barra Longa e adjacências	7.168	29.208
Recuperação das nascentes e saneamento básico	5.748	7.537
Educação ambiental	5.623	5.791
CIF e câmeras técnicas	5.289	-
Turismo, cultura, Lazer e esporte	4.730	6.623
Engajamento dos jovens e fortalecimentos das lideranças comunitárias	-	6.198
Assistência técnica e extensão rural	3.604	3.566
Inovação	2.908	3.578
Cessão de mão de obras dos projetos de reassentamento	-	2.866
Consultoria e assistência florestal de áreas degradadas	392	697
Outras parcerias	6.274	2.589
	<b>136.820</b>	<b>143.337</b>

## 6. Outros ativos

Composto principalmente por valores de adiantamento a fornecedores no país, que tem como objetivo viabilizar a execução de obras de reassentamento nos municípios de Bento Rodrigues e Paracatu, e a prestação de serviços de apoio ao gerenciamento e fiscalização dessas obras, visando a implantação dos programas ao longo das áreas impactadas.

	2022	2021
Adiantamento a fornecedores no país	59.518	36.169
Despesas antecipadas - Seguros	1.250	2.411
Outros ativos	1.965	1.984
	<b>62.733</b>	<b>40.564</b>

## 7. Bens destinados a terceiros

Em 2016, a Fundação Renova iniciou os investimentos que compõe o programa de reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, conforme previsto “TTAC” e elaborado com a participação ativa dos futuros moradores. Este projeto, se assemelha à construção de verdadeiras cidades, com equipamentos públicos, pavimentação das vias e redes de energia, água e esgoto, escola, posto de serviços e saúde, praças, dentre outros.

Os programas de reassentamentos, continuam avançando, com a construção de dezenas de casas e a conclusão da infraestrutura dos novos distritos. A partir de 2023, os reassentamentos coletivos começam a oferecer condições para que a comunidade

restabeleça sua vida social, econômica e cultural. A retomada desses espaços é muito esperada, inclusive pela forma participativa em que o projeto foi desenvolvido, envolvendo toda a comunidade, o que torna este modelo único no mundo.

Em Mariana (MG), no reassentamento de Bento Rodrigues, já foram concluídas a construção de mais de 100 casas, obras dos postos de saúde e de serviços, escola municipal, estação de tratamento de esgoto e as infraestruturas, considerando vias, drenagem, energia elétrica, redes de água e esgoto das ruas.

Em Paracatu de Baixo, também em Mariana (MG), com 7 bens de uso coletivo a caminho, 02 casas concluídas, 55 casas em processo de construção e 77 famílias em atendimento, as ações realizadas têm gerado resultados promissores para os futuros moradores. A futura escola municipal de Paracatu de Baixo está em estágio avançado de construção, e encontra-se na etapa de rebocagem das áreas internas e externas. Com essa etapa concluída, a próxima será voltada ao acabamento interno. Foi finalizada a implantação das estruturas do novo Posto Avançado de Saúde, com 40% das obras concluídas, contando com instalação das redes elétricas, hidráulicas e reboco externo.

Todos os dispêndios auferidos nestes programas, permanecem classificados no ativo não circulante e somente após a conclusão total deste programa previsto para dezembro de 2024, ano em que todos os imóveis construídos e as instalações públicas desses distritos serão totalmente entregues aos respectivos proprietários e, portanto, reconhecidos no resultado da Fundação Renova.

Os valores que compõe esta rubrica estão demonstrados a seguir:

		2022	2021
Obras civis, topografia e sondagem	(a)	1.983.787	1.128.188
Gerenciamento e outros	(b)	320.186	168.462
Terrenos	(c)	105.221	56.913
Projetos de engenharia	(d)	87.724	72.014
Consultoria e estudos ambientais	(e)	39.741	31.921
Suporte, comunicação e diálogo	(f)	9.517	7.421
		<b>2.546.176</b>	<b>1.464.919</b>

- a) Gastos com as obras civis, terraplenagem, sondagens e serviços topográficos dos terrenos adquiridos
- b) Gastos gerenciamento das obras Bento Rodrigues, Paracatu para o funcionamento e manutenção dos projetos relacionados aos programas previstos no "TTAC".
- c) Aquisição de terrenos, regularização fundiária e vistoria para construção das moradias e infraestrutura do programa de reassentamento das comunidades.
- d) Dispêndios relacionados a gastos com contratação de engenharia, projetos conceituais e urbanísticos.
- e) Consultorias e estudos ambientais necessários para suportar a fase de execução do projeto, assim como as ações para licenciamentos ambientais e outras providências

- f) Gastos com comunicação, publicidade, eventos, assim como todo o suporte ocorrido para apoiar as obras (alimentação, viagens, veículos, vigilância, TI, entre outros).

## 8. Valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce

	2022	2021
Fundo Desenvolve Rio Doce MG	40.020	35.345
Fundo Desenvolve Rio Doce ES	14.725	13.524
Fundo Diversifica Mariana	5.000	-
Fundo Compete Rio Doce MG	3.882	5.297
	<b>63.627</b>	<b>54.166</b>
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	(4.823)	(3.220)
	<b>58.804</b>	<b>50.946</b>

Os Fundos Desenvolve Rio Doce e Compete Rio Doce foram criados a partir da parceria firmada entre a Fundação Renova, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (BANDES) e o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (“BDMG”) para oferecer linhas de crédito a micro e pequenas empresas de 39 (trinta e nove) municípios dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Para a constituição dos Fundos, a Fundação Renova disponibilizou a importância de R\$ 40.000, sendo R\$ 30.000 para o Estado de Minas Gerais e R\$ 10.000 para o Estado de Espírito Santo. Além disso, em dezembro de 2022, a Fundação Renova disponibilizou R\$ 5.000 para o Fundo Diversifica Mariana, modalidade Financiamento, para operações de crédito exclusivas para o município de Mariana (MG) em parceria com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (“BDMG”).

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo representava R\$ 63.627, dada condição superavitária dos fundos. Destes, R\$ 8.947 estão disponíveis no caixa dos Fundos e os outros R\$ 54.680 foram emprestados por um prazo predominante de 24 meses.

A Administração avaliou o risco de perda esperada dos recebíveis, na data de 31 de dezembro de 2022, e constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 4.823.

O Fundo Desenvolve Rio Doce foi lançado em outubro de 2017 e seu prazo de vigência é de 10 (dez) anos. Desde sua criação, em outubro de 2017, este Fundo, de incentivo à economia local, já liberou R\$ 101.530 para financiamentos de capital de giro para micro e pequenas empresas, sendo R\$ 40.702 somente em 2022, um aumento de 359% em relação ao ano anterior. A partir de novembro de 2017, o Fundo passou a receber os montantes emprestados.

O Fundo Compete Rio Doce é um fundo complementar ao Fundo Desenvolve Rio Doce, que oferece orientação sobre a gestão por meio de consultoria especializada (crédito orientado), que foi lançado em fevereiro de 2019 e já a partir de março de 2019, passou a receber os montantes emprestados, ficando disponível durante 27 meses, atendendo o prazo estipulado de vigência de 2 (dois) anos. Entretanto, encerrou suas atividades para novos empréstimos em maio de 2021 e durante todo o seu período de operação foram liberados R\$ 7.181.

O Fundo Diversifica Mariana, modalidade Financiamento, teve início em dezembro de 2022 e ainda não há operações aprovadas. Estão previstos aportes da Fundação Renova de até R\$ 25.000 para este Fundo nos próximos anos.

Os Fundos Desenvolve Rio Doce, Compete Rio Doce e Diversifica Mariana, modalidade Financiamento são reembolsáveis, com taxas de juros competitivas, abaixo da média de mercado e prazos estendidos. As linhas de crédito podem ser destinadas para capital de giro e outras modalidades, inclusive investimento.

Desde o início dos Fundos, até 31 de dezembro de 2022, foram realizadas 2.684 operações de crédito (não auditado) totalizando o valor liberado de R\$ 108.711. Os desembolsos realizados pelo Fundo Desenvolve Rio Doce contribuíram para a manutenção de mais de 11,2 mil empregos em Minas Gerais e no Espírito Santo.

## 9. Imobilizado e intangível

Devido a consolidação e maturidade das unidades e escritórios da Fundação Renova, no ano de 2022, não houve grandes investimentos em mobiliários, máquinas, equipamentos de TI e intangível.

Entretanto, destacamos as adições na “rubrica” de Benfeitorias em Bens de Terceiros, principalmente na construção do complexo Fazenda Floresta, no Município de Rio Doce – MG, que tem por objetivo a recuperação da Usina Hidrelétrica Risoleta Neves. As capitalizações realizadas em 2022 totalizaram R\$ 26.933, dos quais, R\$ 22.970, referem-se basicamente a obras civis, terraplenagem, contenções, diques e drenagens do complexo Fazenda Floresta.

### 9.1 Análise do valor recuperável (*Impairment*)

A Fundação Renova identificou em 2021 eventos e mudanças operacionais e econômicas que indicavam a desvalorização dos ativos concentrados no complexo da Fazenda Floresta, no Município de Rio Doce - MG.

Desta forma, em atendimento à deliberação CVM nº 583/09, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado e a aplicação do teste de Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (*Impairment* – CPC 01), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e aprovado pela deliberação CVM Nº 527, foi contratado em 2021, uma empresa especializada em serviços de Gestão de Ativos Imobilizados e Teste de Redução ao Valor Recuperável dos Ativos (*Impairment*), que apontou a perda por desvalorização no valor de R\$ 419 (quatrocentos e dezenove mil reais), que ora foi reconhecido no resultado, com base em um laudo de avaliação dos bens imóveis, emitido pela Entidade contratada.

Em 2022, a Fundação Renova não identificou eventos ou mudanças operacionais e econômicas significativas que demonstrem a alteração desse valor, não sendo necessário realizar outro laudo de avaliação patrimonial.

### 9.2 Vida útil e valor residual contábil

Em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado, a Fundação Renova concluiu em dezembro de 2021 o inventário e avaliação dos seus bens patrimoniais, no qual foi revista a vida útil residual de seus ativos, bem como na apresentação do valor residual contábil.

Portanto, em 2022, não houve mudanças significativas nos padrões, métodos e valores da depreciação, que foi atestado e evidenciado pelo laudo de avaliação dos bens móveis, que demonstrou que o estado de conservação dos ativos da Fundação Renova, encontram-se adequados para a continuidade das operações.

### a) Imobilizado

A tabela abaixo apresenta a movimentação dos bens patrimoniais:

	Saldos 2020	Adições/ (Baixas)	Depreciação	Impairment	Transfereência	Saldos 2021	Adições/ (Baixas)	Depreciação	Transfereência	Saldos 2022
Benfeitorias em bens de terceiros	1.043	146	(687)	-	-	502	227	(2.927)	22.970	20.772
Equipamentos processamento de dados	3.498	201	(1.548)	-	749	2.900	385	(1.599)	3.274	4.960
Máquinas e equipamentos	4.574	82	(549)	-	-	4.107	(2)	(609)	-	3.496
Imobilizado em andamento	10.084	17.033	-	-	-	27.117	4.049	-	(26.933)	4.233
Móveis e utensílios	2.161	23	(262)	-	-	1.922	211	(332)	67	1.868
Terrenos	1.069	1.016	-	(419)	-	1.666	-	-	-	1.666
<b>Total Imobilizado</b>	<b>22.429</b>	<b>18.501</b>	<b>(3.046)</b>	<b>(419)</b>	<b>749</b>	<b>38.214</b>	<b>4.870</b>	<b>(5.467)</b>	<b>(622)</b>	<b>36.995</b>

### b) Intangível

Os ativos intangíveis são tratados contabilmente, seguindo as diretrizes descritas no CPC 04 ou IAS 38. Os bens e direitos intangíveis são classificados desta forma dada a sua natureza, uma vez que não podem ser tocados, não tem corpo, mas podem ser negociados, transferidos ou vendidos.

A vida útil econômica de softwares pode ser classificada como "definida" ou "indefinida" sendo os ativos intangíveis da Fundação Renova classificados como sendo de vida útil definida. Em sua maioria o intangível da Entidade é composto por softwares de gestão empresarial.

O laudo de avaliação apresentado pela empresa especializada em serviços de Gestão de Ativos Imobilizados, foi realizado pelo método do custo histórico, não alterando seus valores residuais contábeis assim como suas respectivas vidas úteis econômica atualmente utilizadas.

	Saldos em 2020	Adições	Amortização	Transfereência	Saldos em 2021	Adições	Amortização	Transfereência	Saldos em 2022
Sistemas Software	5.691	244	(1.369)	(749)	3.817	1.260	(1.726)	622	3.973
<b>Total Intangível</b>	<b>5.691</b>	<b>244</b>	<b>(1.369)</b>	<b>(749)</b>	<b>3.817</b>	<b>1.260</b>	<b>(1.726)</b>	<b>622</b>	<b>3.973</b>

### c) Ativo direito de uso - Arrendamentos

Considerando as boas práticas da contabilidade internacional, a Fundação Renova reconheceu o ativo direito de uso, passivo arrendamento, referente aos contratos que anteriormente eram classificados no resultado da Entidade, ou seja, esses arrendamentos passaram a constituir o grupo do ativo imobilizado no balanço patrimonial.

	Saldos em 2020	Adições	Amortização	Saldo 2021	Adições	Amortização	Saldos em 2022
Ativos de direito de uso	1.860	825	(1.463)	1.222	6.074	(5.283)	2.013
<b>Total Arrendamento</b>	<b>1.860</b>	<b>825</b>	<b>(1.463)</b>	<b>1.222</b>	<b>6.074</b>	<b>(5.283)</b>	<b>2.013</b>

#### d) Passivo – Arrendamentos

	Saldos 2020	Adições	Trans-ferências	Amorti-zação	Despesas financeiras	Saldo s 2021	Adições	Trans-ferências	Amorti-zação	Despesas financeiras	Saldos 2022
Circulante	1.407	692	281	(1.761)	298	917	5.796	278	(6.070)	787	1.708
Não circulante	453	133	(281)	-	-	305	278	(278)	-	-	305
<b>Total</b>	<b>1.860</b>	<b>825</b>	<b>-</b>	<b>(1.761)</b>	<b>298</b>	<b>1.222</b>	<b>6.074</b>	<b>-</b>	<b>(6.070)</b>	<b>787</b>	<b>2.013</b>

#### e) Bens em comodato

Em 2016, a Fundação Renova recebeu, como comodato de suas mantenedoras Samarco e Vale, bens para execução de suas atividades operacionais e administrativas. Em 2019 a Fundação Renova devolveu parcialmente alguns equipamentos de informática, móveis e utensílios. Os demais itens em comodato permanecem na Fundação Renova até a presente data, e são compostos basicamente por móveis, utensílios, equipamentos de informática e telecomunicação.

Adicionalmente em 2018 a Entidade recebeu em regime de comodato os seguintes terrenos:

- Vale – Fazenda Mina da Alegria (matrícula 10.034) e Fazenda Fábrica Nova (matrícula 17.189);
- Samarco – Fazenda Asa Branca (matrícula 15.313 - área 95,93ha);
- Grupo Aliança - Terreno (matrícula 1.553).

Os montantes reportados são os valores contábeis residuais destes bens nas empresas proprietárias.

Considerando a obrigação da Fundação Renova em devolver estes itens às mantenedoras, ao final do período contratado, os valores destes bens estão escriturados conforme a seguir:

<b>BENS EM COMODATO</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Terrenos	2.027	2.027
Móveis e utensílios	176	176
Equipamentos processamento de dados	7	7
<b>Subtotal</b>	<b>2.210</b>	<b>2.210</b>

<b>BENS EM COMODATO A DEVOLVER</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Terrenos	(2.027)	(2.027)
Móveis e utensílios	(176)	(176)
Equipamentos processamento de dados	(7)	(7)
<b>Subtotal</b>	<b>(2.210)</b>	<b>(2.210)</b>

## 10. Fornecedores

O saldo de fornecedores é composto por valores a pagar a prestadores de serviços e aquisição de materiais. Em 31 de dezembro, representam a composição demonstrada abaixo:

	2022	2021
Mercado interno	321.484	232.795
	<b>321.484</b>	<b>232.795</b>

## 11. Salários, provisões e contribuições sociais

a) O saldo de salários, provisões e contribuições encontra-se detalhado abaixo:

		2022	2021
Provisão de férias	(a)	17.622	14.823
INSS de empregados a recolher	(b)	3.500	3.106
FGTS a pagar	(c)	1.286	1.084
Outros	(d)	278	236
		<b>22.686</b>	<b>19.249</b>

- a) A provisão de férias é constituída proporcionalmente ao período trabalhado, considerando as determinações legais.
- b) Contribuição do empregado, devidamente retidos para repasse ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.
- c) Contribuição mensal de 8% do salário do empregado, de obrigação do empregador, conforme legislação vigente.
- d) É composto principalmente por valores a pagar de PIS sobre folha e seguro de vida em grupo dos empregados permanentes da Entidade.
- b) Em 31 de dezembro de 2022 o Plano de Benefícios ValiaPrev da Entidade, apresentou um resultado superavitário. De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) o ativo somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que este ativo poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

Entretanto, tendo em vista que não foi identificado no exercício de 2022 nenhuma possibilidade de conversão do superávit apurado em benefício econômico para a Entidade, este retornará ao plano ValiaPrev. O limite do ativo a ser reconhecido é zero (nulo), conforme demonstrado no quadro abaixo.

Encerramento Ano Fiscal	31-dez-2022	31-dez-2021
1 Valor Presente da Obrigação (VPO)	(10.470)	(9.599)
2 Valor Justo dos Ativos (VJA) <sup>1</sup>	25.793	18.110
3 Superavit/(deficit)	15.323	8.511
4 Superavit irrecuperável (efeito do limite de ativo)	(15.323)	(8.511)
5 Ativo/(passivo) líquido de benefício definido	-	-

Os principais riscos atuariais são: sobrevivência superior ao previsto nas tábuas e mortalidade, rotatividade inferior à esperada, crescimento salarial acima do esperado,

rentabilidade do patrimônio abaixo da taxa de desconto atuarial acrescida da variação acumulada do IPC-BR e composição familiar real dos aposentados diferente da hipótese estabelecida.

Os dados de participantes utilizados na avaliação atuarial estão resumidos abaixo:

Data de cadastro		30-jun-2022	30-jun-2021
<b>Participantes Ativos</b>	Número	544	558
	Média Salarial Anual	165.399	160.514
	Idade Média	42,09	41,37
	Tempo de Serviço Médio	4,16	3,48
<b>Participantes Assistidos</b>	Número	2	2
	Benefício Médio Anual	289.859	239.240

### Premissas utilizadas nas avaliações:

A Fundação Renova considera que a taxa real de 2,00% reflete a política de reajustes salariais que as Entidades estão empenhadas em adotar no futuro. Combinada com a taxa de inflação, a taxa nominal é 5,57% a.a., até a idade de 55 anos.

Encerramento Ano Fiscal	31-dez-2022	31-dez-2021
1 Taxa de desconto	9,680%	8,720%
2 Taxa de inflação	3,500%	3,250%
3 Taxa de crescimento salarial	5,570%	5,320%
4 Crescimento de benefícios concedidos	3,500%	3,250%
5 Crescimento de benefícios diferidos	N/A	N/A
6 Data de cadastro	30-jun-22	30-jun-21

A Willis Towers Watson sugere a adoção de uma inflação de longo prazo de 3,50% a.a., estimada com base nas expectativas do Comitê de Investimentos da Willis Towers Watson após a análise e projeção de cenários macroeconômicos realizada na reunião de setembro de 2022 (ainda válida em dezembro) e a Fundação Renova optou por adotar esta taxa de inflação de longo prazo em suas avaliações.

Todos os dados de participantes foram fornecidos pela administradora do plano na data base do cadastro e foram ajustados para refletir os desligamentos ocorridos após a referida data.

### Benefícios avaliados neste relatório:

- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda de Aposentadoria Antecipada;
- Suplementação da Aposentadoria por Invalidez;
- Suplementação de Pensão por Morte;
- Renda de Pensão por Morte;
- Renda de Benefício Diferido por Desligamento;
- Suplementação de Abono Anual;
- Renda de Abono Anual;
- Resgate

## 12. Tributos a recolher

A composição do saldo de tributos a recolher encontram-se abaixo:

		2022	2021
IRRF - Juros e indenização LC (Lucro cessantes)	(a)	2.756	21.306
INSS - retido de fornecedores	(a)	8.034	3.783
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	(a)	7.940	9.763
ISS - Imposto retido sobre serviços	(a)	7.375	5.509
Tributos federais retidos	(b)	4.210	3.080
Tributos sobre receitas financeiras	(c)	770	576
		<b>31.085</b>	<b>44.017</b>

- Tributos retidos de fornecedores, em geral prestadores de serviços e nas indenizações pagas a pessoas físicas e jurídica;
- Retenções dos tributos federais PIS, COFINS e CSLL, de acordo com a Lei 13.137/2015 de 19 de junho de 2015.
- Valores a pagar relacionados a tributos diretos oriundos das operações da Fundação Renova.

### Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A Fundação Renova está sujeita à tributação do imposto de renda pela alíquota de 15%, mais adicional 10% e alíquota de 9% da contribuição social sobre o lucro decorrente do resultado financeiro.

A seguir, apresentamos a movimentação de imposto de renda a pagar:

	2022	2021
<b>Imposto corrente</b>		
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	-
Ajustes de exercícios anteriores	5	197
<b>Total do imposto corrente</b>	<b>5</b>	<b>197</b>
<b>Imposto diferido (a)</b>		
Geração e estorno de diferenças temporárias	151	3.478
Geração e estorno de prejuízos fiscais	3.399	9.129
(-) Baixa do IR/CS diferido pela irrecuperabilidade	(3.550)	(12.607)
<b>Total do imposto corrente</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>5</b>	<b>197</b>

	<b>2022</b>	<b>2021</b>
<b>Lucro antes do imposto</b>	<b>(8.847)</b>	<b>(59.066)</b>
<b>Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais (34%)</b>	<b>(3.008)</b>	<b>20.082</b>
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(326)	(10.646)
Prejuízos fiscais para os quais nenhum imposto diferido foi reconhecido	3.334	(9.436)
Outros	5	197
<b>Encargo fiscal</b>	<b>5</b>	<b>197</b>

### (a) Imposto de renda e contribuição social diferido

O prejuízo fiscal apurado no exercício de 2022, origina-se essencialmente do processo operacional da Fundação Renova com as exclusões e adições de provisões previstas na legislação do Imposto de Renda, aliado ao processo de atualização do saldo das obrigações socioeconômicas e socioambientais no passivo pelo IPCA, conforme cláusula 237 do “TTAC”, deduzidos os rendimentos de aplicações financeiras auferidos no mesmo período, que impactaram na apuração do imposto de renda e contribuição social.

A ocorrência de prejuízo fiscal e base negativa ensejaria o reconhecimento do imposto de renda e da contribuição social diferidos, constituindo assim um ativo fiscal diferido, conforme estabelece a norma CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. No entanto, coube à Fundação Renova realizar uma análise referente à recuperabilidade desse ativo fiscal, por meio de projeções de lucros tributáveis futuros.

Tais projeções foram preparadas com base nas melhores estimativas da Administração, mas por envolverem diversas premissas que não estão sob o controle da Fundação Renova, como índices de inflação, taxa de juros e demais incertezas econômicas do Brasil, os resultados futuros podem divergir materialmente daqueles considerados na preparação desta projeção.

Por entender que eventuais lucros fiscais futuros passíveis de tributação às alíquotas de 25% para Imposto de Renda e 9% para a Contribuição Social, não serão suficientes para suportar a compensação dos referidos ativos fiscais, a Entidade não reconheceu os saldos do Imposto de renda e contribuição social diferidos.

## 13. Indenizações a pagar e outras

A Entidade adquire volumes significativos de serviços de terceiros para execução de suas atividades e em 31 de dezembro de 2022, alguns de seus fornecedores, por razões diversas, não detinham todos os elementos para emissão de seus faturamentos, referentes aos serviços já prestados e aprovados. Adicionalmente, a Entidade possui frentes de trabalho, em diversos municípios, para negociação de indenizações por Lucros cessantes (“LC”), referente aos danos causados pelo rompimento da Barragem de Fundão, gerando compromissos de valores a pagar. Desta forma, a Administração, com base em seus controles internos e medições, constituiu suas obrigações já existentes, visando

atender ao princípio da competência. O detalhamento de tais indenizações e serviços já realizados e não faturados, encontra-se abaixo:

		<b>2022</b>	<b>2021</b>
Indenização - Lucros Cessantes	(a)	96.266	67.547
Obras civis	(b)	6.837	-
Comunicação Institucional	(c)	1.024	-
Consultoria	(d)	942	4.644
Terraplenagem	(e)	106	837
Serviços de licenciamento	(f)	-	801
Serviços técnicos periciais	(g)	-	791
Outros serviços contratados	(h)	372	1.202
		<b>105.547</b>	<b>75.822</b>

- a) Lucros Cessante - correspondem à renda impactada da atividade produtiva que o atingido deixou de auferir como consequência direta do rompimento da barragem de Fundão. Os valores de indenização por lucro cessante são referentes ao período de duração do impacto no ano de 2022 e é devido aos atingidos que assinaram o acordo no Programa de Indenização Mediada ("PIM") e permanecem impactados em suas atividades econômicas, ainda que parcialmente. Conforme deliberação emitida pelo CIF, o pagamento dos lucros cessantes devem ser realizados no ano subsequente ao de sua competência, ou seja, até 31 de março de 2023.
- b) Obras civis - serviços de reconstrução das propriedades e infraestrutura da região de Paracatu de Baixo/MG. Ambos os serviços já foram executados, medidos, mas ainda não faturados.
- c) Comunicação Institucional - serviço para planejamento e suporte operacional ao evento Caravana, promovido pela área de Gestão de Pessoas da Fundação Renova, alinhados ao Termo de Transação e Ajustamento de Conduta ("TTAC"). O escopo abrange projetos de comunicação atrelados à cultura e valores organizacionais, concepção, planejamento, suporte logístico e operacional às ações de engajamento, mobilização e confraternização constantes na programação de toda a ação, tendo como foco o público interno da Fundação Renova, podendo envolver colaboradores diretos e/ou terceiros. Ambos os serviços já foram executados, medidos, mas ainda não faturados.
- d) Consultoria - serviços de consultoria técnica independente nas propriedades rurais, elaboração de índice de Integridade Biótica para a Bacia do Rio Doce, projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas ambientais impactadas; serviços de diagnóstico, proteção e melhoria do status de conservação das espécies da mastofauna e avifauna terrestres ameaçadas de extinção na região do Rio Doce e do Parque Estadual dos Sete Salões; programa de Conservação da Biodiversidade Terrestre; serviços de restauro; manutenção de plantio, construção de cercamento e aceiro nas propriedades situadas no município de Barra Longa - MG. Ambos os serviços já foram executados, medidos, mas ainda não faturados.

- e) Terraplenagem - serviços de terraplenagem relacionado ao reassentamento de Paracatu de Baixo/MG.
- f) Serviços de licenciamento de softwares e serviços de nuvem Microsoft.
- g) Serviços técnicos periciais, em cumprimento de decisão judicial, para os peritos que atuam no plano de trabalho pericial da Agenda Integrada da Ação Civil Pública ("ACP").
- h) Outros serviços contratados - outras despesas de menor relevância, como: serviços de auditoria; serviços de engenharia; transportes; gerenciamento, entre outros. Ambos os serviços já foram executados, medidos, mas ainda não faturados.

## 14. Obrigações socioambientais e socioeconômicas

As obrigações socioambientais e socioeconômicas compreendem a dotação recebida das mantenedoras e destinadas às despesas finalísticas com os programas definido no "TTAC", assim logo que recebidas as dotações são transferidas para o passivo. A composição do saldo de tais obrigações socioambientais e socioeconômicas encontra-se detalhada abaixo:

	Saldo em 2020	Aportes (Nota 16)	Novas Entradas	Baixa (Nota 17.a)	Transferência	Atualização Fundo Desenvolve Rio Doce (Nota 8)	Atualização IPCA (Nota 20)	Saldo em 2021
Programas reparatórios	923.669	7.570.441	(58.424)	(6.990.567)	(1.444.884)	-	-	235
Programas reparatórios - Barra longa	20.035	-	-	-	(20.035)	-	-	-
Programas compensatórios	704.888	-	-	(663.980)	333.562	4.999	28.556	408.025
Programas compensatórios - ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	56.508	-	-	(21.640)	16.632	-	4.837	56.337
Programa Reparatório - Equipamentos monitoramento da Água do Rio Doce	3.174	-	-	(457)	-	-	-	2.717
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>1.708.274</b>	<b>7.570.441</b>	<b>(58.424)</b>	<b>(7.676.644)</b>	<b>(1.114.725)</b>	<b>4.999</b>	<b>33.393</b>	<b>467.314</b>
Programas reparatórios	-	-	-	-	1.464.919	-	-	1.464.919
Programas Compensatórios	134.891	297.559	-	-	(333.562)	-	34.526	133.414
Programas compensatórios - ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	540.971	-	-	-	(16.632)	-	58.092	582.431
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>675.862</b>	<b>297.559</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.114.725</b>	<b>-</b>	<b>92.618</b>	<b>2.180.764</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.384.136</b>	<b>7.868.000</b>	<b>(58.424)</b>	<b>(7.676.644)</b>	<b>-</b>	<b>4.999</b>	<b>126.011</b>	<b>2.648.078</b>

	Saldo 2021	Aportes (nota 16)	Novas Entradas	Baixa (nota 17)	Transferência	Atualização Fundo Desenvolve Rio Doce (nota 8)	Atualização IPCA (nota 20)	Saldo 2022
Programas reparatórios	235	7.179.458	(58.869)	(6.485.071)	(762.439)	-	135.130	8.444
Programas compensatórios	408.025	337.472	-	(272.746)	53.313	4.462	20.795	551.321
Programas compensatórios – ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	56.337	-	-	(26.322)	30.604	-	2.967	63.586
Programa Reparatório - Equipamentos monitoramento de Água	2.717	-	-	(509)	-	-	-	2.208
Programa Reparatório - Candonga vinculados Samarco	-	290.000	-	(271.182)	(18.818)	-	-	-
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>467.314</b>	<b>7.806.930</b>	<b>(58.869)</b>	<b>(7.055.830)</b>	<b>(697.340)</b>	<b>4.462</b>	<b>158.892</b>	<b>625.559</b>
Programas reparatórios	1.464.919	-	-	-	781.257	-	-	2.246.176
Programas compensatórios	133.414	-	-	-	120.603	-	8.441	262.458
Programas compensatórios – ações ligadas à elaboração de planos de saneamento básico	582.431	-	-	-	(204.520)	-	32.439	410.350
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.180.764</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>697.340</b>	<b>-</b>	<b>40.880</b>	<b>2.918.984</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.648.078</b>	<b>7.806.930</b>	<b>(58.869)</b>	<b>(7.055.830)</b>	<b>-</b>	<b>4.462</b>	<b>199.772</b>	<b>3.544.543</b>

Destacamos que, por ocasião da judicialização de assuntos já abarcados por programas reparatórios e compensatórios, alguns processos em que a Fundação Renova é parte, não figuram na nota explicativa 15 como contingências, mas sim assegurados no fluxo econômico dos programas em andamento, a saber:

- a. Processo nº 0039564-83.2018.8.13.0400 (PJE 5001148-24.2019.8.13.0400) - Ação Civil Pública de Defesa do direito à saúde e assistência social com pedido de: (i) custeio integral na contratação de empresa especializada para a promoção de processo seletivo simplificado, a favor do Município de Mariana/MG, mediante crédito bancário; (ii) repasse de recursos antecipadamente ao Município de Mariana/MG para financiar a suplementação da prestação de serviços de saúde e assistência social para as vítimas do desastre; (iii) bloqueio de valores existentes nas contas bancárias da Fundação Renova, Vale, Samarco e BHP no montante de R\$ 47.800 para a garantia de recursos financeiros necessários às prestações de serviços pela Secretaria Municipal de Saúde e pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social para a promoção de serviços aos atingidos. Foi celebrado um acordo entre as partes, homologado judicialmente, pelo qual a Renova se comprometeu e tem efetuado repasses, previstos na Cláusula 12ª deste acordo, observado o teto de R\$11.170 para a Secretaria Municipal de Saúde (suplementação de recursos humanos para a saúde, reformas, equipamentos, veículos) e R\$5.548 para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania (suplementação de recursos humanos para

proteção social, mobiliário, aluguel, logística), e prestações de contas. A Administração entende que não existam obrigações adicionais aos valores provisionados.

- b. Processo nº 5000917-94.2019.8.13.0400 - Ação Civil Pública com a cobrança dos valores relativos à implantação do programa de educação em tempo integral para o Município de Mariana. Foi celebrado um acordo entre as partes, homologado judicialmente, pelo qual a Renova se comprometeu e tem efetuado repasses conforme valores estipulados neste acordo, limitado a R\$13.255, cujas parcelas já foram depositadas em juízo pela Fundação Renova. A Administração entende que não existam obrigações adicionais aos valores provisionados. Atualmente, as partes estão negociando um aditivo ao acordo apenas para estender o prazo para que o Município possa utilizar o recurso, sem a necessidade de qualquer pagamento adicional pela Fundação Renova.

## 15. Provisão para causas judiciais

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisões consideradas com probabilidade de perda provável no montante de R\$ 17.805, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Descrição	Balço em 31/12/2020	Adições	Reversões	Balço em 31/12/2021
(i)Provisão para Ações Cíveis	4.088	1.579	-	5.667
(ii)Provisão para Ações Trabalhistas	68	2.735	-	2.803
(iii)Provisão para Ações Tributárias	5.587	-	-	5.587
<b>Subtotal</b>	<b>9.743</b>	<b>4.314</b>	-	<b>14.057</b>
(-) Deposito Judiciais	<b>8.355</b>	32.252	(14)	<b>40.593</b>

Descrição	Balço em 31/12/2021	Adições	Reversões	Balço em 31/12/2022
(i)Provisão para Ações Cíveis	5.667	2.951	-	8.618
(ii)Provisão para Ações Trabalhistas	2.803	3.209	-	6.012
(iii)Provisão para Ações Tributárias	5.587	-	(2.412)	3.175
<b>Subtotal</b>	<b>14.057</b>	<b>6.160</b>	<b>(2.412)</b>	<b>17.805</b>
(-) Deposito Judiciais	<b>40.593</b>	144.942	(39)	<b>185.496</b>

A Fundação Renova é parte em ações judiciais oriundas do curso normal de suas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e tributárias, além das ações coletivas que discutem termos e cumprimento das cláusulas do "TTAC". As ações destacadas com a possibilidade de perda avaliada como provável se referem às: (i) ações cíveis que pleiteiam a inclusão dos autores nos programas de auxílio financeiro emergencial ou indenização e Novo sistema Indenizatório, (ii) demandas trabalhistas de funcionários próprios e terceirizados, cujas decisões proferidas até em segunda instância são desfavoráveis à Fundação Renova, (iii) ação tributária (anulatória de débito fiscal) para discutir os valores controversos quando da apresentação de denúncia espontânea, suspender a execução do valor relativo à multa e ter sua CND positiva com efeito negativo liberada para prosseguir com suas operações e obrigações jurídicas.

Deposito Judiciais – multa imposta pelo "CIF" – Cumprimento de sentença nº 1014427-94.2022.4.01.3800 ajuizado pelo Comitê Interfederativo ("CIF"), atribuiu à Samarco a obrigação de realizar a dragagem dos primeiros 400m do reservatório da UHE Risoleta Neves ("Candongia") até 31/12/2016. Avaliamos a expectativa de perda como possível, conforme item (a) no quadro abaixo, neste processo e esclarecemos que foi realizado pela Fundação Renova no dia 11 de agosto de 2022 o depósito em juízo do valor atualizado,

com o objetivo de garantir o Juízo, evitando eventuais medidas constritivas contra a Fundação Renova, assim como para afastar quaisquer questionamentos quanto à eventual aplicação de multa de 10% e honorários advocatícios de 10%, conforme previsto no art. 523, §1º, do “CPC”.

Além dos processos acima mencionados, existem outros em andamento para os quais, com base na opinião dos assessores jurídicos e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela Entidade, não foram registradas provisões por terem sua expectativa de perda avaliada como possível. Estes estão agrupados conforme quadro abaixo:

Descrição	2022	2021
(a) Ações coletivas cíveis	27.645.338	11.990.938
(b) Ações individuais cíveis	35.253.757	9.650.993
(c) Ações Trabalhistas	3.593	2.856
<b>Total perda possível</b>	<b>62.902.688</b>	<b>21.644.787</b>

a) Ações Coletivas Cíveis: Aquelas ajuizadas pelos Ministérios, Defensorias Públicas, Municípios, Estados, Comissões de Atingidos contra a Fundação Renova (“ACPs”), cujas análises dos assessores jurídicos restaram com expectativa de perda possível. Tais ações somam R\$ 27.645.338 em 31 de dezembro de 2022, das quais destacamos:

- i) Ação de nº 5023635-78.2021.8.13.0024 ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais requerendo a intervenção e extinção da Fundação Renova (Valor da causa atualizado: R\$ 11.818.028. O valor da causa não tem impacto financeiro para a Fundação Renova, já que os pedidos se referem à execução de programas previstos no “TTAC”, já orçados). O processo encontra-se suspenso desde agosto de 2021 em cumprimento da decisão proferida pelo STJ, em Conflito de Competência de nº 179.834;
- ii) Ação de nº 1023835-46.2021.4.01.3800 ajuizada pelo Ministério Público Federal, Ministério Público de Minas Gerais, Defensoria Pública da União e Defensorias Públicas de Minas Gerais e do Espírito Santo, na qual questionam os gastos da Fundação Renova com publicidade e propaganda .O valor da causa é composto pelo pedido de indenização por danos morais coletivos em quantia a ser arbitrada pelo Juízo Federal equivalente ao dobro do destinado em campanhas publicitárias e ressarcimento dos gastos realizados). Após a apresentação de Petição Anti-Injunction e da Defesa pela Fundação Renova, foi proferida decisão que reconheceu a competência exclusiva da 12ª Vara Federal (atual 4ª Vara Federal) para processar e julgar o feito (decisão que já transitou em julgado), ratificando os atos proferidos pelo Juízo da 4ª Vara Federal e deferindo o pedido formulado pelas Instituições de Justiça, para suspender a ação pelo prazo de 120 dias. Os autos se encontram suspensos desde então;
- iii) Ação de nº 1033379-58.2021.4.01.3800 ajuizada pelos municípios de Rio Doce (MG) e Santa Cruz do Escalvado (MG) pleiteando os valores que deixaram de arrecadar em tributos pela produção de energia gerada pela UHE Risoleta Neves (“UHE”), afetada pelo rompimento da barragem de Fundão – Pedido de reparação/recomposição das receitas a título de (i) ICMS vinculadas ao VAF geração de energia; e (ii) compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (“CFURH”), com base na alegação de que teriam deixado de auferir tais valores em razão da paralisação da geração de energia da UHE Risoleta Neves em decorrência do Rompimento). Após a apresentação da defesa, em 19/12/2022, foi proferida decisão que, entre outras coisas, deferiu o pedido de

tutela provisória de urgência, para determinar que as Requeridas promovam o pagamento das parcelas mensais, correspondentes a receitas de ICMS e da CIFURH, nos termos apresentados até o retorno do funcionamento regular da UHE Risoleta Neves. Contra a referida decisão, as Rés adotaram as medidas judiciais cabíveis ao momento, sendo que a obrigação está sendo cumprida pela Fundação Renova, através do depósito, em juízo, de R\$ 314.744,64.

- iv) Ação de nº 5001476-80.2021.8.13.0400, ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais, sob o fundamento de que, durante o processo de imprimação de asfalto de um trecho de 80 metros que dá acesso às obras de reassentamento da comunidade de Bento Rodrigues, a Fundação Renova teria causado poluição ao meio ambiente mediante carreamento de asfalto diluído de petróleo, tendo sido requerido a condenação da Ré na obrigação de pagar, consistente em prestação pecuniária indenizatória, cujo valor deverá ser arbitrado pelo juízo em favor do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos (FUNDIF), gerido pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos (CEDIF - EMG SEDESE FUNDIF). A contestação da Fundação Renova foi protocolada em 1 de junho de 2022.

Todas elas apresentam pedidos similares de cunho reparatório e/ou indenizatório e seus desdobramentos, tais como: pagamentos de indenizações de danos morais individuais e coletivos, apresentação de planos de ações de reparação, monitoramento de qualidade da água, ressarcimento de gastos extraordinários, pedido de nulidade e garantias de determinadas cláusulas do Programa de Indenizações Mediadas, entre outros.

- b) Ações Cíveis Individuais: Trata-se de ações com objetos similares aos do item a, ajuizadas contra a Fundação Renova, Samarco Mineração S.A, BHP Billiton Brasil Ltda. e Vale S.A., nas quais os Autores requerem, basicamente, indenização por danos materiais e danos morais em razão da (i) interrupção no abastecimento da água nas cidades atingidas; (ii) falta ou manutenção de pagamento do Auxílio Financeiro Emergencial; (iii) ressarcimento em razão da perda de bens ou equipamentos; (iv) lucros cessantes; (v) falta de recebimento da parcela indenizatória no âmbito do PIM – Programa de Indenização Mediada; (vi) indenização pelo deslocamento físico ou danos causados pela cheia da Lagoa Juparanã em Linhares; (v) demandas oriundas do novo sistema indenizatório – Novel.
- c) Ações Trabalhistas: Em sua maioria, ajuizadas contra um prestador de serviços contratado e contra a Fundação Renova e em alguns casos, contra suas mantenedoras, como responsáveis subsidiárias. Os pedidos são, em sua maioria, referentes ao não pagamento de verbas trabalhistas rescisórias aos empregados destes prestadores de serviço ao não pagamento de verbas trabalhistas aos empregados destes prestadores de serviço.

## **16. Patrimônio Líquido**

A Escritura Pública de instituição da Fundação Renova descreve que a dotação de bens, a que se refere o artigo 62 do Código Civil, necessária para atender ao objeto da Fundação Renova, corresponderá à soma das parcelas da dotação realizadas até o ano de 2022, bem como as parcelas posteriormente indicadas pelo conselho curador como necessárias para o cumprimento dos projetos a partir do ano 2023.

Os aportes efetuados pelas empresas mantenedoras, destinadas às despesas finalísticas com os programas socioeconômicos e socioambientais e para custear as despesas administrativas, são reconhecidas, inicialmente, no Patrimônio Líquido.

A medida em que ocorre o efetivo recebimento dos aportes, a parcela destinada as despesas finalísticas com os programas, são transferidas para a conta de obrigações socioambientais e socioeconômicas, já a parcela para custear as despesas administrativas são transferidas para a conta de contribuição para despesas administrativas, ambas no passivo.

À medida que a Fundação Renova desembolsa os recursos para cobrir estes gastos, as contas do passivo são amortizadas e os aportes dos programas finalísticos e de contribuições são reconhecidos no resultado.

Conforme definido no "TTAC", as empresas, Samarco e suas acionistas, Vale e BHP Billiton Brasil Ltda., proveram recursos para a Fundação Renova com contribuições, conforme abaixo:

**Valores aportados ao Patrimônio Social para cobrir as despesas finalísticas**

Descrição	Saldo 2020	Aporte	Saldo 2021	Aporte	Saldo 2022
Samarco Mineração S. A.	684.677	3.626.832	4.311.509	4.409.360	8.720.869
Vale S.A.	4.899.459	2.120.584	7.020.043	1.698.785	8.718.828
BHP Billiton Brasil Ltda.	4.898.768	2.120.584	7.019.352	1.698.785	8.718.137
<b>Subtotal</b>	<b>10.482.904</b>	<b>7.868.000</b>	<b>18.350.904</b>	<b>7.806.930</b>	<b>26.157.834</b>

**Valores aportados para cobrir as Despesas Administrativas**

Samarco Mineração S. A.	48.925	73.034	121.959	134.470	256.429
Vale S.A.	239.252	29.483	268.735	78.265	347.000
BHP Billiton Brasil Ltda.	239.252	29.483	268.735	78.265	347.000
<b>Subtotal</b>	<b>527.429</b>	<b>132.000</b>	<b>659.429</b>	<b>291.000</b>	<b>950.429</b>
<b>Total de aportes na Fundação Renova</b>	<b>11.010.333</b>	<b>8.000.000</b>	<b>19.010.333</b>	<b>8.097.930</b>	<b>27.108.263</b>

As empresas mantenedoras proverão os recursos seguindo o declarado na escritura pública, conforme segue:

- De 2020 a 2021, as contribuições anuais à Fundação Renova serão de valor suficiente para cobrir a previsão de execução dos projetos de reparação e compensação para cada exercício, conforme "TTAC". Os valores anuais de referência para essas contribuições serão de R\$ 800.000 a R\$ 1.600.000. De 2022 em diante os valores a serem aportados na Fundação Renova serão baseados no planejamento dos programas aprovados pela Fundação Renova na mesma data. O "TTAC" não especificou um valor mínimo ou máximo neste período, para os programas reparatórios.
- A partir da assinatura do "TTAC", a Fundação Renova alocará um montante anual de R\$240.000, por um período de 15 anos, corrigidos nos termos da clausula 257, para a execução de projetos de compensação. Esses montantes anuais já estão incluídos nos valores contidos das contribuições informadas para os seis primeiros anos (2016 - 2021). Adicionalmente, uma contribuição de R\$ 500.000 foi destinada a um programa de coleta e tratamento de esgoto e de destinação de resíduos sólidos nos municípios ao longo do Rio Doce, nos anos de 2016, 2017 e 2018, nos montantes de R\$ 50.000, R\$200.000 e R\$ 250.000, respectivamente.

A reconciliação dos aportes previstos no “TTAC” ocorre através dos aportes registrados na Fundação Renova, somados aos aportes realizados diretamente pelas mantenedoras, não auditados, conforme conciliação a seguir:

Descrição	Saldo 2020	Aporte	Saldo 2021	Aporte	Saldo 2022
<b>Total dos Aportes Fundação Renova</b>	<b>11.010.333</b>	<b>8.000.000</b>	<b>19.010.333</b>	<b>8.097.930</b>	<b>27.108.263</b>
Samarco Programas - “TTAC”	1.862.976	172.472	2.035.448	322.466	2.357.914
	<b>12.873.309</b>	<b>8.172.472</b>	<b>21.045.781</b>	<b>8.420.396</b>	<b>29.466.177</b>

Descrição	Saldo 2020	Desbloqueio	Saldo 2021	Desbloqueio	Saldo 2022
Ação Civil Pública - ACP Mariana	338.885	(46.398)	292.487	10.481	302.968
<b>Aporte Total</b>	<b>13.212.194</b>	<b>8.126.074</b>	<b>21.338.268</b>	<b>8.430.877</b>	<b>29.769.145</b>

## 17. Receitas

A Entidade tem como fonte de recursos os aportes realizados por suas mantenedoras, assim como também reconhece os serviços voluntários ofertados por elas e seus Conselheiros. Os valores realizados em 2022 estão demonstrados abaixo:

		2022	2021
Aportes socioambientais e socioeconômicas	(a)	7.035.324	7.676.644
Aportes despesas administrativas	(b)	253.112	142.296
Gratuidade e trabalho voluntário - Conselheiros	(c)	776	1.283
Gratuidade e trabalho voluntário - Cedidos	(d)	1.849	2.451
		<b>7.291.061</b>	<b>7.822.674</b>

- (a) Aportes recebidos das mantenedoras para aplicação nos programas geridos pela Fundação Renova, alocados no patrimônio social e à medida que essas obrigações com os programas são cumpridas o passivo precisa ser “liquidado” conforme ITG 2002(rev.1) para o resultado, como receita operacional de aportes.
- (b) Aportes recebidos das mantenedoras para custear as despesas administrativas, alocados no patrimônio social e posteriormente quando da apuração dessas despesas, esses valores, são apropriados no resultado, como aportes de despesas administrativas.
- (c) Referem-se às horas doadas pelos Conselheiros da Fundação Renova, em atividades realizadas pelo Conselho Curador, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo. Estes prestam serviços de forma voluntária e gratuita e os valores destes serviços precisam serem reconhecidos pelo valor justo, mesmo que não tenha ocorrido o desembolso financeiro, conforme norma contábil ITG2002.

São considerados nos cálculos, as horas efetivamente dedicadas pelos Conselheiros ao longo do ano de 2022, multiplicado pela taxa horária de cada um, este cálculo resultou em 3.680 horas de dedicação ao longo de 2022 pelos Conselheiros. Sendo que o Conselho Curador dedicou 3.000 horas em 2022 (2021 – 3.880 horas), o Conselho Fiscal dedicou 680 horas em 2022 (2021 – 1.240 horas), o Conselho

Consultivo não realizou atividades em 2022 (2021 – 320 horas) – quantidade de horas não auditadas.

- (d) Refere-se a empregados cedidos pelas empresas mantenedoras – Vale e BHP Billiton Brasil Ltda., tendo em vista a continuidade de vários programas e a disseminação do conhecimento do mantenedor para agregar aos processos da Fundação Renova. Os montantes aqui registrados representam o somatório dos salários, encargos e benefícios destes empregados, dispendidos por cada mantenedora, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro”.

## 18. Despesas operacionais com programas

As despesas operacionais com os programas da Entidade referem-se aos gastos incorridos no período com programas de reparação e compensação socioambiental e socioeconômico previstos no “TTAC”. Os quadros abaixo demonstram a abertura dos gastos por grupo de medidas e por programa, em 31 de dezembro:

		2022	2021
Programas socioambientais – Reparação	(a)	759.298	647.938
Programas socioeconômicos – Reparação	(a)	5.972.840	6.329.563
Programas socioambientais – Compensação	(b)	255.884	135.249
Programas socioeconômicos – Compensação	(b)	47.302	563.894
		<b>7.035.324</b>	<b>7.676.644</b>

### a) Programas – Reparação

Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do rompimento da barragem. Dentre estes programas destacamos:

- Programa de Manejo de Rejeitos (“PG.23”) - monitoramento da vegetação e processos erosivos, quarto ano hidrológico; segundo ano estudos região deltaica; monitoramento e controle da qualidade do ar; recuperação das lagoas marginais, manutenção da bioengenharia e obras do talude Nazareno. Gestão de áreas contaminadas e estruturas de contenção Barramento Linhares.
- Programa de Abastecimento de Água (“PG.32”) - execução das obras reparatórias das Estações de Tratamento de Águas (“ETAs”) de Governador Valadares, obras do sistema de abastecimento de água nos municípios, com destaque para Resplendor, Tumiritinga e Baixo Guandu, incluindo fornecimento de água (caminhões pipa).
- Programa de Biodiversidade Aquática (“PG.28”) - monitoramento (ciclo 4) da biodiversidade aquática do Rio Doce, da foz e ambientes marinhos e estuarinos impactados na área ambiental 1 no estado do Espírito Santo; relatório anual ciclo 4 do monitoramento reprodutivo de tartarugas marinhas; monitoramento (ciclo 2) aquático Minas Gerais; elaboração e entrega do relatório do Plano de Ação Integrado para conservação da biodiversidade aquática.

<b>PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Programa de manejo dos rejeitos	119.036	118.753
Contenção dos rejeitos e tratamento dos rios impactados	(37)	1
Recuperação da área Ambiental 1	23.531	23.819
Conservação da biodiversidade aquática	107.918	133.963
Conservação da fauna e flora terrestre	28.389	2.520
Sistemas de abastecimento de água	126.924	93.716
Investigação de monitoramento da água	36.643	29.871
Consolidação das unidades de conservação	3.474	2.255
Gerenciamento dos programas	313.420	243.040
	<b>759.298</b>	<b>647.938</b>

<b>PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Levantamento cadastro dos impactados	33.818	19.860
Ressarcimento indenização impactados	4.278.160	5.457.264
Proteção dos povos indígenas	115.652	93.363
Proteção comunidade tradicional	5.838	7.084
Programa de proteção social	12.765	4.695
Comunicação e diálogo	89.306	52.352
Assistência aos animais	8.436	7.395
Reconstrução Bento, Paracatu e Gesteira	358.380	305.393
Recuperação reservatório UHE R. Neves	254.849	21.476
Recuperação de infraestrutura impactada	84.664	79.719
Recuperação de escolas	7.684	2.785
Preservação da memória histórica	11.611	4.704
Apoio ao turismo, cultura e esporte	3.498	1.980
Saúde física e mental dos impactados	8.529	4.700
Retomada da atividade pesqueira	17.927	8.766
Retomada da atividade agropecuária	68.940	73.788
Recuperação de micro e pequenos negócios	9.239	3.590
Auxílio financeiro dos impactados	603.435	179.203
Ressarcimento de despesas extraordinárias	109	1.446
	<b>5.972.840</b>	<b>6.329.563</b>

## **b) Programas - Compensação**

Compreendem medidas e ações que visam compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do rompimento da barragem, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos programas. Dentre estes destacamos:

- Programa de Recuperação de "APPs" e "ARHs" ("PG.26") - Implementação do processo de aceleração das atividades de engajamento e validação nas propriedades rurais; mobilização dos produtores rurais; cercamento e proteção de áreas nas propriedades rurais.
- Programa de Abastecimento de Água ("PG.32") - execução das obras compensatórias da adutora de Governador Valadares, Colatina e Linhares.
- Programa de Saneamento Básico ("PG.31") - Repasse para implementação dos projetos de saneamento básico e tratamento de resíduos sólidos; apoio técnico e capacitação aos municípios para implementação dos projetos.

- Programa de Diversificação a Economia Regional (“PG.18”) - Repasse de recursos para Distrito Empresarial de Mariana e Fundo Diversifica Mariana; entrega das colmeias projeto Meliponicultura e inauguração da sede Banco Comunitário em Dionísio. Em finalização Casa do Empreendedor; Projetos agroecológicos MG e ES.
- Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer (“PG.13”) - Edital Doce 1ª edição, Edital Doce 2ª edição (compensatório e reparatório); realização do torneio de pesca esportiva no estado de Minas Gerais (compensatório e reparatório); revitalização bibliotecas públicas.

<b>PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Recuperação de APP e controle de erosão	102.498	28.711
Recuperação de nascentes	18.853	12.888
Estrutura de triagem reintrodução da fauna	5.643	2.607
Programa de coleta de tratamento de esgoto	26.884	21.640
Sistemas de abastecimento de água	68.253	31.297
Sistema de educação ambiental	15.689	5.531
Preparação de emergência ambiental	4.933	12.057
Informação para população	826	477
Comunicação nacional e internacional	2.023	1.223
Consolidação das unidades de conservação	8.433	18.212
Apoio à implementação de inventários ambientais e rurais	1.849	606
	<b>255.884</b>	<b>135.249</b>

<b>PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>
Apoio ao turismo cultura e esporte	13.434	6.443
Pesquisa e tecnologias remediação	3.554	930
Diversificação a economia regional	21.501	3.470
Estímulo a contratação local	7.217	1.576
Medidas compensatórias	1.596	551.475
	<b>47.302</b>	<b>563.894</b>

## 19. Despesas operacionais administrativas

Estas despesas se caracterizam como sendo as necessárias para manutenção das atividades operacionais da Fundação Renova, não estando ligadas diretamente à execução dos programas.

Incluem-se também nestas, as despesas reconhecidas referentes aos serviços voluntários recebidos pela Entidade e o custeio do sistema CIF de governança.

O serviço voluntário é reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço, mesmo que não tenha ocorrido o desembolso financeiro, conforme norma contábil “ITG2002” do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Custeio do sistema de governança referem-se a valores realizados com o novo sistema de governança da Fundação Renova, assinado em junho de 2018 e estabelecido através do TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) de Governança, e compreendem as despesas com viagens dos membros das câmaras técnicas (“CT’s”), Comitê Interfederativo (“CIF”), despesas com reuniões desses grupos e os custos com secretariado para as respectivas reuniões.

A composição das despesas administrativas encontra-se detalhada abaixo.

	Nota	2022	2021
Serviços contratados		69.928	53.458
Pessoal próprio		58.220	49.653
Consultoria jurídica		10.635	12.879
Consultoria e estudos		15.735	9.436
Custeio sistema de governança		87.387	4.131
Depreciação/amortização bens administrativos	9	4.038	2.792
Provisão para causas judiciais		(1.049)	2.295
Provisão para perda valores a receber – Fundo Desenvolve Rio Doce	8	1.603	1.659
Seguro		1.569	1.456
Viagens		2.375	420
ITR – Imposto territorial rural e ISS - Imposto sobre Serviços retidos	12	275	190
Outras despesas		2.396	3.927
	17.b	<b>253.112</b>	<b>142.296</b>
Serviço voluntário empregados cedidos	17.d	1.849	2.451
Serviço voluntário conselheiros	17.c	776	1.283
		<b>2.625</b>	<b>3.734</b>
		<b>255.737</b>	<b>146.030</b>

## 20. Resultado financeiro

O detalhamento do resultado financeiro está representado como segue:

<b>Receita financeira</b>	2022	2021
Rendimentos com aplicações financeiras	207.884	74.880
Outras receitas	34	12
	<b>207.918</b>	<b>74.892</b>
<b>Despesas financeiras</b>	2022	2021
(a) Atualização financeira das obrigações socioambientais e socioeconômicas	199.772	126.011
COFINS sobre receitas financeiras	8.499	2.731
IOF - Imposto sobre operações financeiras	4.802	2.591
Juros – atualização financeira tributos a pagar e outros	2.619	2.071
Arrendamento Financeiro	787	298
Tarifas bancárias	364	370
Outros	-	(70)
	<b>216.843</b>	<b>134.002</b>

- (a) A Fundação Renova recebeu das empresas mantenedoras os aportes para fazer frente às obrigações socioambientais e socioeconômicas. Entretanto, tais recursos não foram realizados dentro do mesmo período do recebimento (nota 14) e, portanto, foram aplicados em CDB's de liquidez imediata e fundos de investimentos, os rendimentos auferidos nas respectivas aplicações financeiras, foram transferidos para o passivo, como atualização das Obrigações socioambientais e socioeconômicas, conforme deliberação do Ministério Público de Fundações do estado de Minas Gerais.

## 21. Aportes mantenedoras

As mantenedoras realizaram ao longo de 2022 os aportes - dotações e contribuições - apresentados abaixo. Estes aportes são responsáveis por manter a continuidade da Fundação Renova. Cabe ressaltar que estes valores não constituem passivos da Renova para com as mantenedoras, conforme regulamentado no "TTAC" e estão detalhados na nota 16 – Patrimônio Líquido.

	2022	2021
Vale S.A.	1.777.050	2.150.067
BHP Billiton Brasil Ltda.	1.777.050	2.150.067
Samarco Mineração S.A.	4.543.830	3.699.866
	<b>8.097.930</b>	<b>8.000.000</b>

## 22. Compromissos (*commitments*)

A Fundação possui contratos de longo prazo, conforme mostra a tabela a seguir e dentre os principais podemos citar os serviços de auditoria, obras civis, monitoramento hídrico e biodiversidade aquática, PIM, gerenciamento e fiscalização, recuperação e restauração florestal, serviços de bioengenharia, infraestrutura e reassentamento de Bento Rodrigues, Paracatu e Barra Longa, serviços de logística, serviços técnicos Periciais, serviços de suporte operacional aos territórios, consultoria processo indenizatório, serviços de contenções, serviços de abastecimento de água, cumprimento de Acordo de Cooperação do Parque Estadual do Rio Doce, serviços de cadastro integrado, serviços de diálogo e atendimento ao público, atendimento as demandas das câmaras técnicas e CIF.

	2022	2021
Até 1 ano	1.698.292	2.628.576
De 1 a 2 anos	1.349.727	280.790
De 2 a 3 anos	502.699	69.183
De 3 a 5 anos	233.350	26.399
	<b>3.784.068</b>	<b>3.004.948</b>

## 23. Cobertura de seguros (não auditada)

Dado o escopo das atividades da Fundação Renova e a diversidade de suas operações, tendo como base a linha de diretrizes de seus comitês de gestão, a Fundação Renova contratou seguros de responsabilidade civil geral (bens de terceiros), D&O (responsabilidade civil para diretores e executivos) e apólice de risco cibernético (Cyber Risk).

A apólice de Responsabilidade Civil Geral tem vigência de 24 meses (maio de 2021 a maio de 2023) com limite máximo indenizável de R\$120.000.

A apólice de D&O tem vigência de 12 meses (março de 2022 a março de 2023) com um limite máximo indenizável de R\$263.000, estabelecido após a contratação de uma consultoria que mapeou os cenários de interfaces da Renova.

Também estão em vigor as apólices de seguro de acidentes pessoais, seguro de vida para todos os colaboradores da Fundação Renova e seguro patrimonial para os escritórios da Renova.

## **Conselho Curador**

### **Membros efetivos**

Cláudio Renato Chaves Bastos  
Guilherme Almeida Tangari  
Gustavo de Abreu e Souza Selayzim  
Nelly Pazó Leon  
Pedro Aguiar de Freitas  
Reuber Luiz Neves Koury

## **Conselho Fiscal**

### **Membros efetivos**

Eliane Velo Domingues  
Jose Victor Souza  
Lucas Brandão Filho  
Luciana Cássia Nogueira  
Taryn Nakayama  
Tatiana Colnaghi Lima Thomaz  
Tiago Fantini Magalhaes

## **Diretoria**

André Giacini de Freitas  
Diretor-presidente

Juliana Borges Ferreira Souto  
Diretora de Planejamento e Gestão

Carlos Eduardo Vaz de Mello Tannus  
Diretor de Engenharia e Obras

Flavio Chantre  
Diretor de Relacionamento Institucional

Luiz Antônio Roris Rodrigues Scavarda do Carmo  
Diretor de Programas

## **Responsável Técnico**

Wandeir Campos da Silva  
Contador - CRC-MG 122183/O-9